

ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-9-2023.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença: Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airo Ferronato, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 568/23 (Processo nº 0955/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino e o Projeto de Resolução nº 070/23 (Processo nº 0959/23), de autoria de Idenir Cecchim. Também, foi apregoado o Ofício nº 3018/23, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 030/23 (Processo nº 0991/23). Por solicitação de Tiago Albrecht, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a vítimas de enchentes na Líbia e de terremotos no Marrocos. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Biga Pereira, Mônica Leal, Ramiro Rosário, Jonas Reis, Mauro Pinheiro, Tiago Albrecht, José Freitas e Claudio Janta. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado o Ofício nº 3016/23, do Prefeito, comunicando sua ausência do Município das dezessete horas do dia onze às doze horas do dia treze de setembro do corrente, “a fim de participar de almoço com prefeitas e prefeitos de capitais, médias e grandes cidades, com a finalidade de tratar das propostas da FNP para contribuir com o texto da reforma tributária”, em Brasília/DF. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 187/23 (Processo nº 0363/23), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes, Tiago Albrecht, Claudio Janta, Mônica Leal, Pedro Ruas e Engº Comassetto. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 187/23, por vinte e cinco votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Airo Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos,

Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 187/23, por vinte e quatro votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Mari Pimentel e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Recurso s/nº, de autoria de Mauro Pinheiro, da decisão da Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada por meio do Requerimento nº 107/23, (Processo nº 0570/23), SEI 055.00006/2023-37, Mari Pimentel, “que conduziu a reunião da CPI sem a presença do Relator, bem como não cumpriu com o Regimento Interno da Casa e aprovou requerimentos sem o quórum necessário”. (SEI 039.00087/2023-91), após ser encaminhado à votação por Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Pedro Ruas, Jonas Reis, Mari Pimentel, Comandante Nádia e João Bosco Vaz, por quatorze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Votação, foi aprovado o Recurso s/nº, de autoria de Mauro Pinheiro, da decisão da Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada por meio do Requerimento nº 107/23 (Processo 0570/23), SEI 055.00006/2023-37, Mari Pimentel, que “aprovou requerimentos sem o quórum necessário”, (SEI 039.00084/2023-58), por quatorze votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal determinada por Hamilton Sossmeier, presidindo, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 177/23 (Processo nº 0348/23), após ser discutido por Biga Pereira, Tiago Albrecht e Mauro Pinheiro. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e trinta e três minutos às dezessete horas e quarenta minutos. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Biga Pereira, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 177/23 (Processo nº 0348/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 177/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 177/23. Em Discussão Geral

e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/23 (Processo nº 0330/23), após ser discutido por Pedro Ruas, Idenir Cecchim e Tiago Albrecht. Foi apregoado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando votação em destaque para o artigo 91 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/23. Foi rejeitado o artigo 91, em destaque, do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/23, por trinta e um votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/23 e sua parte não destacada, por trinta e três votos SIM, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Jessé Sangalli e Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação de matérias constantes na Ordem do Dia da presente sessão. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 224/22 (Processo nº 0435/22), bem como aprovado Requerimento, de mesma autoria, solicitando votação em destaque desta Emenda. Ainda, Tiago Albrecht sugeriu votar em bloco três proposições da priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, enquanto Pedro Ruas afirmou ter acordo apenas em duas proposições. Luiz Afonso de Melo Peres sugeriu que não fosse realizada a votação em bloco, e Pedro Ruas deu acordo para a votação em bloco das três proposições sugeridas por Tiago Albrecht. No entanto, as três proposições foram apreciadas separadamente. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 152/23 (Processo nº 0819/23). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 040/23 (Processo 0143/23). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 163/23 (Processo nº 0891/23). Às dezoito horas e cinco minutos, por acordo de líderes, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 024/23. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Resolução nº 066/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Executivo nº 019 e 021/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 184, 367, 502, 529, 542 e 546/23. Às dezoito horas e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será

submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos os vereadores, antes de iniciarmos a Ordem do Dia, eu gostaria de destacar uma pauta importante para todos que nos escutam no plenário e pela TVCâmara. Como temos visto nos últimos dias, especialmente de ontem para hoje, Porto Alegre tem sofrido com os alagamentos causados pelas recorrentes chuvas, a Prefeitura e os órgãos municipais já estão mobilizados para o atendimento da população e, de forma preventiva, três estruturas de acolhimento aos desabrigados já foram preparadas, que são duas na Zona Sul e uma na região das Ilhas. Da mesma forma, a Prefeitura iniciou uma campanha para o recebimento de doações. Importante destacar que nesse momento a prioridade são alimentos não perecíveis e materiais de higiene e limpeza. Nesse sentido, queremos reforçar a necessidade de ajudarmos os atingidos pelos alagamentos e anunciar que a Câmara está se somando às ações e à campanha da Prefeitura para auxiliar no que for possível. A Ver.^a Mônica Leal, que é a presidente da Procuradoria Especial da Mulher aqui da Câmara Municipal, está em contato direto com a Defesa Civil e irá aos abrigos verificar o que é necessário ser feito neste momento. Outros vereadores que queiram atuar nesse sentido podem conversar com a vereadora para ter mais informações ou junto da nossa diretoria de comunicação, que está em contato com a Prefeitura para alinhar ações das campanhas. Essas têm sido algumas formas de nós podermos ajudar e auxiliar, e todos os vereadores que puderem, que se somem a esse trabalho.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, inicialmente cumprimento V. Exa. pela notícia e iniciativa da Casa, eu nem esperava coisa diferente, e mais ainda, pela escolha da Ver.^a Mônica Leal, sabidamente uma pessoa sensível, inteligente, séria, honesta e que vai saber fazer este tipo de ação humanitária tão importante, Ver.^a Mônica. Eu acho que todos nós devemos, de alguma maneira, nos somar a esse auxílio, Porto Alegre já está, neste momento, tecnicamente, entre as cidades atingidas e, mesmo que não estivesse, nós temos compromisso com as outras, mas já está atingida e vai ficar pior, lamentavelmente. Então eu acho importante que a Câmara tenha sob seu comando iniciativas dessa natureza e outras tantas que talvez a gente tenha que vir a ter, mas confio muito na Mesa sob seu comando e particularmente também na Ver.^a Mônica Leal, que fica encarregada, e nós a auxiliaríamos nesse sentido. Parabéns.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Antes de a Ver.^a Mônica Leal falar, nós temos também a questão que foi solicitada pelos órgãos da Prefeitura, com relação aos animais, Ver.^a Lourdes, e também com relação às enchentes. Então, os que puderem trazer tudo que envolve essa questão,

principalmente material de limpeza – roupas não estão sendo necessário –, mas a Ver.^a Mônica Leal fica à vontade, nossa presidente da Procuradoria Especial da Mulher.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente Hamilton Sossmeier, é importantíssimo esse registro que o senhor fez na abertura da sessão desta quarta-feira, frente à situação que Porto Alegre e, claro, todo o Rio Grande do Sul, neste momento, passa. Cidadãos porto-alegrenses, gaúchos foram atingidos pelas fortes chuvas e estão precisando de ajuda nas mais diferentes áreas, desde roupas, alimentos, produtos de limpeza, produtos de higiene pessoal. Então, neste momento, o Legislativo da capital se une à Prefeitura de Porto Alegre para as arrecadações, para ajudar. E eu quero aqui fazer um registro, seguido da fala do Ver. Pedro Ruas, de deixar claro que nós, mais uma vez, estamos dando o exemplo, ao longo dos 250 anos da Câmara de Vereadores, que siglas partidárias, ideologias políticas, neste momento não fazem parte da campanha, se sobrepõem, isso é muito importante. O Ver. Pedro Ruas foi muito feliz na sua colocação. Nós queremos agora é salvar vidas e cuidar das pessoas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Lembrando que podem, inclusive, trazer para Câmara. Nós disponibilizamos, inclusive, para a presidente da Procuradoria Especial da Mulher para que a própria *van* da Câmara possa fazer esta entrega também.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, nós nos somamos obviamente a este tema e, no dia que nós estávamos comemorando os 250 anos, Ver.^a Mônica, a bancada do PCdoB, eu e o Ver. Giovani, apresentamos ao senhor, que prontamente assumiu esta pauta, leu aqui o nosso requerimento de que esta Casa Legislativa fosse engajada em todas essas manifestações que estão ocorrendo com todos os nossos seres vivos, não é, Ver.^a Lourdes? Portanto, nós estamos cumprindo também esse nosso papel, nos colocamos à disposição. A chuva permanece, ela está aí. E nós precisamos também fazer um voto de louvor ao nosso povo, que se mostra tão solidário, tão generoso e está fazendo as doações. Nós pedimos ainda mais, ainda mais, continuemos a fazer as doações, seja através de Pix, seja através de doações de alimentos, de produtos de limpeza. Hoje, o que eles estão nos pedindo mais, pelo que nos chega, são roupas de cama e toalhas. E, lógico, água sempre, mas eu acho que a gente precisa estar reforçando em todas as nossas ações. Muito obrigada.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Boa tarde Sr. Presidente. O partido NOVO se soma a todas essas iniciativas de ajuda; já recebi solicitações, já repassei ao secretariado municipal. O partido NOVO, portanto, se soma às demais agremiações, junto a V. Exa., a esta Casa, ao Executivo, porque as imagens realmente começam a ficar cada vez mais preocupantes: a Zona Sul embaixo d'água, a região do Anchieta também, o Guaíba voltando pelas tubulações pluviais. E, no momento em que o senhor achar oportuno, eu gostaria de pedir um minuto de silêncio pelos nossos

irmãos africanos da Líbia que tiveram cidades verdadeiramente devastadas e devassadas. Não sei se mais alguma bancada vai ter essa solicitação. Infelizmente, tivemos dezenas e dezenas de mortos no Vale do Taquari; hoje a água subiu de novo, enfim, esperamos que apenas perdas materiais. Acredito que nós poderíamos incluir a Líbia, os nossos irmãos africanos do norte da África, neste minuto de silêncio, são dois, três, cinco mil mortes, e, de repente, até quanto ao terremoto do Marrocos também, que houve recentemente, a gente, como Câmara, se solidarizar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Tiago, após os apartes, faremos um minuto de silêncio.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente Sossmeier que na sexta-feira já se antecipou colocando a Câmara à disposição. Nós, como representantes da causa animal, podemos receber rações para encaminhar a essas cidades, para aquelas ONGs que a gente já conhece e que estão atuando nessas cidades, porque a última coisa que se faz é a doação para os animais. Também para os humanos já nos solicitaram alimentação que não necessitasse cozinhar, ou seja, bolachas, pães, coisas que chegasse de imediato e já servisse às pessoas também, além do que já vem sendo pedido. Então, para quem nos assiste, podem trazer ração para nós, aqui na Câmara, que vamos encaminhar às ONGs da região.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, fico muito contente dessas atitudes, mas a gente tem que ter muito cuidado, eu gostaria que centralizasse na Casa, não pode ser vereador nenhum, nem comissão X ou Y. E que depois nós entregássemos à primeira-dama do Município para que ela, com seu trabalho social, faça isso. Se for possível, já que entendo que nós não podemos doar da Câmara para outra Câmara no interior, mas nós podemos devolver algum dinheiro para a Prefeitura para essa questão social. Então tem dois aspectos, esse que nós vamos fazer aqui, que tem que ser bem organizado, passar para a primeira-dama para entregar nas comunidades, pois ela já tem esse trabalho social na Prefeitura, e também, se nós formos dar dinheiro, como já demos para a Feira do Livro, se devolver ao Município, que faça especificamente para esse caso que é muito grave. Todos nós, com um pouquinho de diferença de opinião, mas com o mesmo objetivo, queremos ser solidários a essa catástrofe que está acontecendo em nosso Estado, e agora vai começar a acontecer em Porto Alegre gravemente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Registramos a presença do presidente municipal do partido NOVO, Sr. Ígor Dal Bó, juntamente com o deputado Eric Seitz. Sejam muito bem-vindos.

Deferimos o pedido de um minuto de silêncio solicitado pelo Ver. Tiago Albrecht.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Presidente, eu gostaria de me somar à nossa querida colega Mônica Leal nesta frente que ela está tomando das enchentes. Eu, que moro na região, estou sendo muito afetado. Inclusive, estou aqui neste momento acompanhando a sessão, e me somo a ela para também fazer parte, representando principalmente este lado aqui da região, que é, como um todo, Porto Alegre. Então, parabéns, Mônica, parabéns à Câmara. Estive domingo em Roca Sales levando minha contribuição, trabalhando. Então, parabéns por esta bela atitude que a Câmara tomou.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton. Eu queria fazer uso do tempo de liderança justamente para desenvolver este tema ligado às enchentes, que é uma tragédia que já não é a primeira. Nós tivemos, este ano, em Porto Alegre, um processo muito parecido, e já é conhecido que isso ocorre em outros anos. Não é novo, não é a primeira vez. E, infelizmente, os governantes não têm adotado as medidas necessárias de prevenção. Não há investimento. Nós estamos acompanhando esta crise do Estado, já chegou na região sul, mas nós agora estamos com essa crise, também, em Porto Alegre, na região da Restinga, Lami, na região das ilhas, que é uma tragédia recorrente. Nós tivemos enchente em 2015, que foi fortíssima em todas as ilhas, na Pintada, dos Marinheiros, na Ilha Grande. E novamente, mais uma vez; e não é possível que nós tenhamos iniciativas de solidariedade apenas quando ocorre a tragédia é muito pouco. Os governos necessitam fazer investimento e ter medidas concretas que, pelo menos, atenuem a tragédia social, que isso também significa, além da tragédia humana, às vezes a perda de vidas, no caso do Estado nós temos a perda de quase 50 vidas, nós precisamos ter projetos também que ajudem a atenuar. Eu, em julho, apresentei um projeto de lei, o [PLCL nº 011/23](#), já pedi para o diretor Luiz Afonso para que seja acelerado o processo legislativo, para que nós tenhamos uma discussão na Câmara, porque o projeto prevê, precisamente, a isenção de IPTU para as famílias que são vítimas de enchentes. É um projeto básico, é legal, o Supremo Tribunal Federal já deu parecer sobre a legalidade de projetos dessa natureza, e é um projeto em que a Câmara Municipal pode, de fato, ajudar a cidade a fazer com que nós tenhamos, no mínimo, um pouco de justiça tributária. Isso a Câmara tem competência para fazer. Então, além das cestas básicas, além da questão ligada à solidariedade mais ativa, imediata, emergencial, é preciso também ter políticas econômicas e sociais e, nesse caso, uma política tributária que mostre que realmente nós estamos preocupados e estamos tratando de fazer o mínimo de justiça, porque em muitas regiões, Presidente Hamilton, essas enchentes são recorrentes. Na região das ilhas, as pessoas já estão até acostumadas a levantar os móveis para não perder os móveis, porque nós já tivemos casos de perdas enormes na região das ilhas, e agora nós temos tendo em outras regiões da cidade de Porto Alegre. Eu gostaria

que, dirigido e liderado pelo senhor, Presidente Hamilton, nós pudéssemos votar rapidamente, inclusive eu sei que vai ter uma reunião conjunta, está para o procurador fazer o parecer, um projeto dessa natureza e outros que porventura existam aqui na Câmara, que são projetos mais estruturais que fazem com que a Câmara de Vereadores tenha política independentemente de que governo nós temos. Porque o governo, em um dado momento, pode ser sensível e isentar as pessoas que sofrem de enchentes do IPTU, por exemplo, mas nós podemos ter um outro governo que não seja, então é importante ter política legislativa. Eu gostaria que, portanto, a Procuradoria desse o seu parecer, a Câmara pudesse apreciar e de preferência nós pudéssemos aprovar uma política tributária que garanta o mínimo de justiça para as pessoas que estão perdendo os seus bens, que estão perdendo muitos dos seus bens mais preciosos em enchentes como esta. Então eu creio que a Câmara dos Vereadores tem este dever e eu espero que, portanto, um projeto de lei desta natureza seja aprovado. Muito obrigado, Presidente Hamilton.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero lembrar, já falado pelo Ver. Roberto Robaina, que nós vamos ter a reunião conjunta das comissões na próxima terça-feira, às 16h, *online*, em função de que a próxima quarta-feira será feriado. Houve um acordo para que nós fizéssemos esta reunião conjunta na próxima terça-feira, às 16h. Por que às 16h? Porque nós temos comissões de manhã e comissão à tarde.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier; vereadoras e vereadores; público que nos honra, em primeiro lugar eu assino embaixo de tudo que falou o Ver. Roberto Robaina, nosso líder da oposição. De fato, a tragédia no Rio Grande do Sul é brutal, nós temos várias obrigações em relação a isso, mas temos uma obrigação legal em relação à cidade e ele apresenta um projeto que, por todos os seus motivos, precisa ser votado e aprovado imediatamente. Então, assinamos embaixo, Ver. Robaina, nas suas propostas.

O que me traz à tribuna neste momento é uma homenagem a um amigo, uma homenagem importante, muito séria de uma pessoa que sofreu muito ultimamente, inclusive com problemas de saúde na primeira etapa da covid. Um intelectual brilhante, um homem que marcou uma trajetória ímpar, singular no rádio, no jornalismo do Rio Grande do Sul, que é o professor Juremir Machado da Silva. E o Juremir está sendo homenageado, vejam só, ele está recebendo o título de Doutor Honoris Causa, da Universidade Paul Valéry Montpellier III, na França. Eu tive a oportunidade várias vezes de homenagear o movimento à legalidade aqui na Câmara Municipal antigamente, neste mandato também, como fiz na Assembleia Legislativa. Aqui, sempre eu trouxe um palestrante que conhecia profundamente o tema, já fiz três vezes, são três anos deste novo mandato. O primeiro ano, Ver. Oliboni, foi justamente a palestra do professor Juremir Machado da Silva; o segundo ano, do jornalista Flávio Tavares; e o terceiro ano, agora em agosto, foi do ativista de direitos humanos Jair Kruschke. Todos eles homens, como

poderiam ser mulheres também, de extrema competência no seu ofício e no seu conhecimento. E o Juremir, para além disso, na minha opinião, ele sabe disso, há muitos anos, já se constitui na maior autoridade em conhecimento, Jurema Josefa, da história do trabalhismo no Brasil; não é apenas no Rio Grande do Sul, é no Brasil. Hoje, a condição do Juremir Machado da Silva é de maior conhecedor do trabalhismo no Brasil e formulador, porque, como ele é escritor, e é um grande escritor – aliás, eu li todos os livros do Juremir, todos –, ele consegue, ao mesmo tempo que conta a história, fazer uma abordagem também de opinião, através ou de personagens ou de pensamentos ou da forma de contar. Então, eu acho mais do que justa esta homenagem ao Juremir. Eu sou testemunha das situações difíceis, na covid-19, que passou o Juremir, na sua demissão na Record, enfim, ele teve uma série de circunstâncias muito complexas, difíceis que ele enfrentou, com muita galhardia e coragem e superou. E agora recebe esse título Doutor Honoris Causa, da [Universidade Paul Valéry Montpellier III](#), na França. Isso para nós, que somos, além de admiradores, amigos do Juremir, é motivo de muito orgulho. Parabéns, camarada, siga em frente com o nosso apoio e com a nossa admiração. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, escutei aqui o Ver. Robaina fazer um pedido sincero para que se aprove um projeto que isenta de IPTU os atingidos pelas enchentes. Eu acho que é justo para essas pessoas que sofrem muito, mas também lembrei que nós temos um projeto na Casa que eu acho está na hora de resolvermos, que é do DMAE, porque todos anos esta autarquia não consegue resolver, mesmo tendo dinheiro, não consegue resolver o problema das enchentes. Então nós precisamos resolver o problema, não basta dar só incentivo para quem é atingido, nós temos que evitar que sejam atingidas as pessoas, evitar que tenhamos que ir, lá no Sarandi, socorrer pessoas de barco, ou pior, que a água represe do valão para dentro da cozinha, pelos ralos. É isso que nós temos que resolver e não estamos conseguindo. Acho que está na hora do prefeito Melo mandar este projeto do DMAE aqui para a Câmara, está na hora de nós fazermos alguma coisa, porque não é possível ficarmos agarrados numa coisa... Claro que o DMAE prestou serviço, claro que é importante para a cidade, mas os próprios funcionários do DMAE estão achando que nós precisamos dar uma sacudida, e nós temos que fazer alguma coisa para resolver o problema das enchentes em Porto Alegre. O DMAE, depois se que juntou com o DEP, as duas instituições não estão conseguindo fazer. Ver. Robaina, foi bom o senhor ter lembrado para resolver a consequência, mas eu quero resolver antes o motivo dessas consequências. Está na hora de fazermos isso.

Eu quero aqui referir às cinco mil cestas básicas que o governo federal mandou para cá, para fazer outro registro importante: uma só empresa de Porto Alegre mandou dez mil cestas básicas. Estou falando da companhia Zaffari. Os supermercados

Zaffari e o Bourbon, essa organização fantástica, mandou dez mil cestas básicas, o dobro do que o governo federal mandou. Toda contribuição é muito bem-vinda, mas temos que ressaltar as empresas do Rio Grande do Sul que se mobilizaram com todos, com os funcionários, com os diretores, com toda a organização e conseguiram minimizar o grande problema das enchentes na região do Vale do Taquari. Só que hoje as águas começaram a chegar em Porto Alegre através do Gravataí, dos Sinos, do Caí, de todos esses rios, e nós precisamos resolver esse grande problema que começa a se avolumar e, nos próximos dias, parece que piora nas nossas famílias que são atingidas pelas águas também. Eu tenho certeza de que tem muita gente que faz benemerência sem dizer o nome, faz pelo prazer de ajudar, faz de coração, de alma, para que as pessoas sofram menos. São doações, são ajudas, são abrigos que são dados a pessoas que precisam, e dessas pessoas nem sequer aparece o nome. Eu quero fazer aqui uma saudação a essas pessoas, um agradecimento e dizer que o auxílio que as Forças Armadas estão dando é um auxílio de Estado, não vai ser agora que vai ser auxílio do governo, as Forças Armadas são instituições de Estado, então não me venham com esse papo que está vindo o pessoal do governo federal, que: “Ah, estamos botando helicópteros, lanchas, etc.” Não! Isso é do Estado, o Exército, as Forças Armadas fazem isso com qualquer governo, não é esse governo do PT que está fazendo dessa vez, não! Faz sempre, as Forças Armadas fazem isso porque são forças do Estado. Obrigado.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nossa sessão plenária de hoje inicia-se com várias intervenções sobre essa situação em que vive o nosso Estado, essa tragédia em que o nosso Estado foi acometido. Cada um, obviamente, com a sua leitura do que está acontecendo e de como nós estamos enfrentando. Eu chamo atenção aqui, Ver. Cecchim, para a inexistência de prevenção das tragédias. É uma inexistência! Em junho, quando nós tivemos aqui o ciclone, eu e o Ver. Giovanni fomos até a Prefeitura e oferecemos várias sugestões de o que fazer; obviamente nem todas foram acolhidas. Eu subo aqui para dizer com orgulho que o nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem à frente a ministra Luciana Santos, do PCdoB, esteve aqui no nosso Estado, junto com a comitiva do governo federal, esteve no Vale do Taquari, e lá foi dito, foi afirmado que o ministério vai ajudar o nosso Estado a implantar um sistema de monitoramento, de alerta de riscos e desastres naturais similares ao sistema Cemaden. Isso é extremamente importante e é exatamente nessa pegada, digamos assim, que nós gostaríamos de ver o Estado e o nosso Município aqui estarem atuando. Nós precisamos discutir os desastres recorrentes, também os potenciais do cenário de mudanças climáticas. É necessário não apenas nos prepararmos para o presente, mas também gerar uma sintonia para as ações futuras, é isso que nós esperamos.

O governo federal mobilizou as Forças Armadas, porque é o governo que mobiliza este aparato todo que nós estamos vendo. O que nós queremos é que isso vá além do presente. Aqui foi afirmado sobre distribuição de cestas básicas, que bom, que bom que a iniciativa privada tem tido essas iniciativas também. Agora, cabe a mim informar aqui também – obrigada, Ver. Giovani, que me dá esta informação – que mensalmente são adquiridas pela FASC mil cestas básicas mensais, gente! Isso são modelos famílias e 445 cestas modelos para os povos tradicionais. Essas cestas são distribuídas através dos serviços do CRAS, do CREAS, abordagem social, ação de rua, Centro, Dia do Idoso. Olha só, Ver. Cecchim, eu estou lhe informando, talvez o senhor não tivesse essa informação que nós tivemos a partir da Fundação de Assistência Social.

Mas eu me inscrevi aqui, eu peço licença para falar neste tempo de liderança que o meu líder Giovani me concedeu, para falar a vocês da tristeza que a gente viu o prédio da UFRGS, da Engenharia, pegar fogo nesta madrugada. Eu estive, gente, vereador, hoje, pela manhã, na Escola da Praça Pica-Pau Amarelo. Aqui o vídeo, e eu convido a todos a assistirem, pois essa escola infantil por pouco não pega fogo. E por pouco, porque a diretora, numa ação corajosa, se deslocou a meia-noite para ir lá desligar o disjuntor que já estava largando faíscas. Essa escola já foi denunciada, já tem processo no SEI, já tem processo no Ministério Público, uma escola com uma precarização já de anos, e não se tem ali nenhuma providência. Estive em contato com a Secretaria de Educação, hoje pela manhã, estive lá no local, na escola, hoje pela manhã, e aí o que nos afirmam é que estão preparando a Escola Paula Soares para que as crianças se desloquem para lá. Eu solicito, Ver. Cecchim, ajuda para que a gente desloque o mais breve possível, porque essas mães estão com as crianças em casa, elas precisam trabalhar e, por vezes, deixam com o irmão mais velho, com a vizinha. Nós queremos que as crianças voltem imediatamente para os bancos da escola.

Nós pedimos aqui, para concluir, Presidente, para todos os vereadores e vereadoras, eu coloquei no SEI e está aberto para que todos assinem um requerimento solicitando à Prefeitura a liberação do passe de ônibus para a eleição do Conselho Tutelar. É extremamente importante que nossas crianças tenham o Conselho Tutelar, que a nossa comunidade enxergue o conselheiro como alguém que as protege. Portanto, nós precisamos que as pessoas se desloquem para votar. Estará aberto, portanto, a todos vereadores, eu convido todos e todas a assinarem para pedir ao prefeito a liberação. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Eu utilizo a tribuna, de uma forma muito isenta e tranquila, para compartilhar um sentimento que eu tenho aumentado nos últimos dias de que eu acredito que nós podemos, com este trágico episódio das enchentes que atingem o Rio Grande do Sul, fazer uma mudança política positiva, que está faltando, que é um ponto em comum

para construir o futuro – o futuro na política. Eu fico muito satisfeita, em que pese assistindo e acompanhando com preocupação com as famílias, com as pessoas que foram atingidas, muitas vidas foram perdidas; casas, pertences também foram perdidos. Por outro lado, eu fico satisfeita em ver a união de forças, e aí que eu quero me referir, que sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas. Eu sou uma vereadora do Partido Progressista, eu venho desde a Arena, nunca troquei de partido, a minha trajetória é sempre no mesmo partido. O meu partido teve candidato ao governo do Estado; hoje o nosso governador é do PSDB. Num primeiro momento, eu não votei no Eduardo Leite, somente num segundo momento, mas, é com satisfação, que eu registro aqui o quanto é bom ver, assistir às ações de um governador, o chefe do Estado, o comandante do Rio Grande do Sul, preocupado com as pessoas. O objetivo do Eduardo Leite e do vice, Gabriel, é salvar vidas e cuidar das pessoas e isso, para nós, cidadãos gaúchos, cidadãos brasileiros, é o que importa, é o que vale. Eu penso que nós podemos evoluir neste ponto de radicalismos que existem hoje na política, da direita e da esquerda. Eu, como jornalista – minha origem é essa –, eu tenho por hábito me informar desde cedo até tarde da noite, e li as ações do governador, elas são muitas: “Leite anuncia pacote de medidas”. O governador Eduardo Leite anunciou ontem uma série de medidas para apoio aos municípios afetados, medidas que dizem respeito à saúde, medidas econômicas, medidas como o alívio dos impostos para empresas, apoio para prefeituras, apoio de R\$ 20 milhões; negócios, saúde, reconstrução de casas, de comércio, de escolas, ajuda às pessoas. Eu quero dizer, Presidente, na presidência dos trabalhos, que eu hoje subo nesta tribuna para dizer que eu sou uma cidadã gaúcha orgulhosa do governador que eu tenho, porque ele saiu imediatamente para as regiões mais afetadas. Ele vestiu o colete e foi capitanear o movimento para reconstruir a vida dessas pessoas, para salvar vidas, para cuidar dessas pessoas. Não existe coisa mais importante para uma mulher, para uma cidadã que é política, do que ter um comandante, neste momento, como Eduardo Leite, e vejam bem, não é do meu partido.

Mas eu tenho orgulho de dizer que ele fez aquilo que todo o agente público, aquele que comanda um Estado, que é gestor, precisa fazer: sobrepor diferenças e focar naquilo que é importante para a população gaúcha. E aqui quero falar para a bancada de esquerda, para a bancada de oposição, que o governo federal liberou, também, valores importantes, e é isso que tem que ser feito. Todas as esferas precisam atuar, e nós não podemos, de forma alguma, deixar essa oportunidade passar. Nós precisamos nos unir e aplaudir todas as esferas de diferentes siglas e ideologias partidárias, governo federal, governo estadual, o nosso governo municipal, todos juntos para salvar vidas e cuidar das pessoas. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente, meus caros colegas, agradeço aqui o tempo de liderança cedido pelo Ver. Gilson Padeiro, que está,

também, acompanhando de perto o drama vivenciado pelos moradores do Extremo-Sul devido às fortes chuvas que nos atingem. Antes de mais nada, quero aqui, assim como tantos colegas, manifestar a minha solidariedade a todos os porto-alegrenses, a todos os cidadãos, moradores, empresários que estão sofrendo nestes dias de chuva extrema na nossa cidade, perdendo seus bens, perdendo seus veículos, perdendo seus mantimentos, seus estoques nos estabelecimentos. Agora, é importante também aqui nós reforçarmos, Ver. Cecchim, aquilo que está dando certo, aquilo que nós conseguimos já observar resultados positivos no combate aos alagamentos na nossa cidade, que estão em todos os bairros, do extremo sul ao extremo norte, passando agora, muito especialmente, ali pelo meu querido 4º Distrito. Nós tivemos uma série de ações adotadas pelo poder público, pela Prefeitura de Porto Alegre, ao longo dos últimos anos, que estão surtindo efeito e amenizando, minimizando o impacto das fortes chuvas na nossa cidade. E dou como exemplo aqui a vocês: uma região que há mais de 40 anos, numa chuva como esta, certamente estaria debaixo d'água no dia de hoje, que é o bairro Santa Maria Goretti, entre a Av. Sertório e Av. Assis Brasil. Meus amigos, numa chuva mais forte, até poucos anos atrás, era praticamente sacramentado que a Av. Sertório estaria debaixo d'água, que a Av. Emílio Lúcio Esteves estaria debaixo d'água, e não estão, não estão devido ao avanço, líder Cecchim, das obras de macrodrenagem do arroio Areia, não estão devido à incorporação que foi feita do extinto DEP ao DMAE, que qualificou os serviços de manutenção do sistema de drenagem. Está o ideal? É óbvio que não está o ideal. Está na qualidade que o porto-alegrense merece? Não está, porque todos nós aqui temos uma régua muito elevada para exigir do serviço público melhores condições de trabalho aos nossos cidadãos. Porém, conseguiu, através da incorporação, garantir o investimento de mais de R\$ 60 milhões por ano em obras da manutenção do sistema de proteção contra cheias e também do sistema de drenagem da cidade, aqui a saber: dragagem de arroios, limpeza de bocas de lobo e a manutenção das casas de bombas. Não tivemos, até o momento, no dia de hoje, nenhum registro de casa de bombas inoperante. Sempre há uma pauta aqui quando nós temos alagamentos, ainda ocorrem muitas falhas nos sistemas das casas de bombas, mas hoje não foi o caso que aconteceu em Porto Alegre, todas as casas de bombas estão operacionais. Estive hoje pela manhã no 4º Distrito, no bairro São Geraldo, no bairro Navegantes, acompanhando também o drama dos alagamentos, muito especialmente próximo à Av. Voluntários da Pátria. Mas nós temos ali, a bem da verdade, uma insuficiência ainda de infraestrutura de redes, e também um fator que está prejudicando muito o combate aos alagamentos, que é a cheia do Guaíba. O Guaíba já atingiu hoje a sua marca de 2,4 metros da sua cota, isso faz com que nós tenhamos um efeito de refluxo nas águas. Muito especialmente na região mais próxima à Rua Voluntários da Pátria, nós temos ali redes clandestinas, nós temos redes, inclusive, que o próprio poder público, ao longo das décadas, construiu e que não estão em cadastro e que faz com que a água retorne, além, também, de fazer com que as casas de bombas, mesmo funcionando na sua operação de 100%, na sua integralidade, não tenham condições de lutar contra a força das águas do Guaíba no canal de expurgo. Esse é um ponto aqui importante a ser colocado. Alguns devem se perguntar: “Bom, mas o que está sendo feito

para melhorar essa situação no 4º Distrito?” Hoje mesmo também conversei com vice-prefeito Ricardo Gomes, acompanhando sempre o processo de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e também da Agência Francesa de Desenvolvimento, um empréstimo de quase R\$ 1 bilhão para projetos no Centro Histórico e no 4º Distrito, que só foi conseguido, diga-se de passagem, graças às medidas de reformas na estrutura da máquina pública que esta Casa aqui tomou, recuperando a capacidade de crédito da cidade, e que agora está em fase de liberação de recursos para contratação de projeto e também a execução desses projetos, entre eles: drenagem, galerias, e melhorias nas casas de bombas existentes hoje no 4º Distrito. Então isso é se preocupar com a infraestrutura da região, isso é se preocupar também com aquilo que está já em andamento, graças a conquistas protagonizadas, repito, pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Seguiremos nessa mesma batida, líder Cecchim, acompanhando de perto o que está ocorrendo hoje dentro da cidade, manifestando a nossa solidariedade, estendendo a mão àqueles que precisam, mas também exaltando aqueles pontos positivos, como tenho visto, repito aqui, do Santa Maria Goretti, hoje, em que os moradores e comerciantes, inclusive espantados, que nem as aulas foram canceladas, que estão conseguindo acessar as suas moradias, as suas empresas, devido ao avanço do conjunto das 26 obras de macrodrenagem do arroio Areia. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que está sofrendo com os alagamentos, com a falta de políticas preventivas e, principalmente, de saneamento básico. Veio aqui o líder do governo, falou, falou mal do DMAE, só que ele não falou, aqui, na época do Fogaça, do Fortunati, daqueles escândalos que ocorriam no DEP, que tinha a rua que saiu no jornal, que eles botavam no papel 39 bocas de lobo, iam lá na rua e contavam 15 bocas de lobo apenas. Estava nos documentos, anotado. Ah, isso aqui ele não fala, na época que ele, inclusive, foi secretário. É uma memória seletiva. Eu admiro a memória do governo Melo: que o Melo não foi vice-prefeito, que o MDB não esteve fazendo parte do governo Marchezan... É legal que eles pegam, assim, as páginas da história e guardam no bolso. “Não, essa página eu vou guardar aqui. Essa eu não falo, vou falar só de outras coisas.” Mas nós estamos aqui, como Partido dos Trabalhadores, para esclarecer. Sabe qual foi a última obra, Ver. Cecchim, de duplicação da Zona Sul? A Av. Juca Batista, na época do PT. Na época do PT. Agradeço ao PT. Eu estou o achando um pouco ingrato, porque o MDB tem três ministérios, e o senhor veio aqui falar: “As forças da defesa, as forças, o Exército, a Aeronáutica, a Marinha não são de governo.” É claro que não é de governo. Não é de governo, mas é o governo que administra, que diz que o militar não vai ficar lá na caserna, vai ajudar o povo. É o Presidente que faz essa iniciativa. Então, o senhor deveria agradecer, dizer assim, é tranquilo dizer: “Obrigado, Presidente Lula. Não sou do PT, mas obrigado por ajudar o povo da Serra, do Vale do Taquari.” Isso é ter hombridade. Isso é

defender o povo gaúcho. Isso é entender que, independentemente de partido, são agentes públicos. Quantas vezes eu votei aqui, vereador, nos projetos do governo Melo? Vocês pediram contrato temporário de professor, eu votei. Vocês pediram para comprar vaga em escola privada de educação infantil, eu votei. Eu tenho hombridade, e vocês não têm. Vocês têm que ser um pouco menos ingratos e agradecer ao Lula, porque ele liberou ontem quase R\$ 2 bilhões a mais, além dos R\$ 741 milhões, que o Alckmin veio aqui e anunciou. Então, eu acho que vocês têm que começar a depurar porque o bolsonarismo se foi, vamos voltar a fazer política decente neste País. E aqui eu quero mostrar o PowerPoint para vocês. (Projeção de imagens.) Ali é o arroio Cedro, que sempre alaga. A direita governa a capital há quase 20 anos, aí vai dizer o quê? Que esse arroio Cedro é da época que chegou o imperador, quando veio ao Brasil. Não, não é? Vocês têm que fazer alguma coisa, sempre alaga aquela região, a Otto, sempre, sempre. Falta saneamento, previsão. Não tem mais política de habitação de interesse social, as pessoas estão ocupando quaisquer áreas na cidade. Vejam – pode passar, por gentileza –, várias zonas da cidade, Lami, Zona Norte, Sarandi. Isso aí é prejuízo, as pessoas, os seus bens, os seus carrinhos, as pessoas têm carrinhos – ali, ano 2005, 2000 –, estão tendo prejuízo. Isto aqui é a EMEI Ponta Grossa, que alagou; felizmente, não alagou tanto, as diretoras estão lá fazendo já o trabalho de limpeza, porque a água baixou um pouquinho. Então o que a gente precisa? Previsibilidade. No tempo do PT, o PT fazia saneamento nesta cidade.

Eu quero dizer que, lá no bairro Urubatã, nós tivemos conquista no Orçamento Participativo. Na época do Raul Pont, eram R\$ 160 milhões; o que, corrigindo, hoje, seriam R\$ 400 milhões, R\$ 500 milhões para o orçamento. E vocês botaram só R\$ 20 milhões para o Orçamento Participativo. O povo não decide, não tem escolha. O Lami está embaixo d'água, o Belém Novo está embaixo d'água. Vocês não fazem saneamento; aí mandam dois, três caras caminharem por lá; tem alguém que vai e passa com uma patrula. Patrula não resolve. Nós queremos saneamento, nós queremos encanamento, nós queremos investimento. E vocês têm que sair de cima do DMAE, porque o DMAE tem 2 mil cargos vagos, porque vocês não fazem concurso. Enquanto o Melo era vice, tinha o Marchezan, o Fortunati e o Fogaça; essa conta é de vocês. Se, hoje, o DMAE está com as mãos amarradas, é porque tem 2 mil cargos vagos que vocês não preenchem porque vocês querem vender a preço de banana o DMAE. Só que aqui, em Porto Alegre, não vai rolar. Vocês não vão entregar o DMAE como fizeram entregando a Corsan. Aqui não vai colar.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Moisés, presidindo esta sessão; demais vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, eu nem estava inscrito para falar, Ver. Cecchim, mas depois do apelo do Ver. Jonas Reis de que nós devemos agradecer ao presidente Lula pelo que ele faz pelo País. Eu realmente vou aproveitar e agradecer ao Lula, que está viajando bastante – acho que já foram 19 viagens

em oito meses –, e dessa forma o Brasil fica um pouco melhor, porque o presidente Alckmin é bem melhor que o Presidente Lula para governar o País, inclusive para vir visitar o Rio Grande do Sul, quando tivemos todos esses problemas no Vale do Taquari. O Ver. Jonas está falando que o governo mandou recursos para o Vale Taquari, mas os recursos que o governo Lula gastou em viajar pelo mundo com a namorada, com a Janja, são bem maiores que os recursos que estão vindo para o Rio Grande do Sul. Então a economia que poderia ter sido feita poderia ajudar mais o Rio Grande do Sul nesse momento difícil. Até porque o Presidente Lula não teve nem a capacidade de vir visitar o Rio Grande do Sul para ver com seus próprios olhos talvez uma das maiores tragédias climáticas. E o Presidente Lula não veio. Uma das desculpas é que ele não viria porque estava com problema de coluna. Não poderia vir ao Rio Grande do Sul, porque o Rio Grande do Sul dá duas horas de viagem, três horas de viagem. Mas para a Índia ele pôde ir. Então a única coisa que eu posso agradecer é pelas suas viagens. E que ele viaje mais, pois assim talvez o País fique melhor, porque ele estando fora, fica falando lá dos problemas climáticos, que agora o Lula falou que estão criando... Para o Lula, está dando terremoto por causa do clima, foi isso que causou terremoto em Marrocos: o clima. Então é melhor ele estar viajando, pois assim o Presidente Alckmin, do partido do nosso Ver. Ferronato, vai comandando o Brasil. Alckmin veio ao Rio Grande do Sul, visitou, liberou, acho que ficamos melhor, Ver. Ramiro, presididos pelo Vice-Presidente Alckmin do que pelo Lula. Dizer que nós temos que agradecer ao Lula... Não sei o que foi feito! A mesma coisa é Porto Alegre, e outros vereadores aqui da oposição falaram, e parece que a culpa do saneamento em Porto Alegre é do prefeito Melo. Mas ontem mesmo eu estive lá na Ponta Grossa acompanhando uma comissão em que só estava a Presidente da Comissão reclamando que o governo não estava presente, mas nem os vereadores da Comissão estavam presentes. Não sei com quem a Presidente organizou o evento, porque só foi ela. E aí depois tinham dois, três vereadores que não eram da Comissão e que foram convidados pela comunidade. Então quer dizer, eu não fui convidado, fui porque a comunidade me convidou. Então, aí, culpam o governo, que o governo não está presente, mas será que articularam com o governo, conversaram com o governo, para terem a presença do governo? E, além do mais, a questão do saneamento, o próprio vereador lá, meu amigo vereador engenheiro agrícola Comassetto, falou que, em 1990, ele esteve em uma mesma reunião naquela localidade com o prefeito Olívio Dutra para tratar do saneamento, mas eu não vi o saneamento desde 1990. Cadê o saneamento que foi feito lá pelo governo do PT? Também não aconteceu. Então, na reunião agora, a culpa é do Melo, quando chove e alaga, e desde 1990 é o mesmo problema. Talvez seja a hora realmente, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, de nós fazermos o debate nesta Casa do problema do saneamento em Porto Alegre. Os alagamentos, o saneamento... Talvez, realmente, a única saída seja debater a concessão do DMAE e as parcerias público-privadas em Porto Alegre, porque nós temos um modelo, que já passou por vários governos, inclusive por 16 anos de governo do PT, do MDB, do PDT, do PSDB, e nós não conseguimos, de forma pública, resolver o problema de saneamento e os alagamentos em Porto Alegre. Talvez esteja na hora, Ver. Jonas Reis, de fazer esse debate das parcerias público-privadas de

concessão do DMAE. É um assunto que tem que ser debatido nesta Casa. O projeto do governo ainda não chegou, mas nós precisamos, sim, debater, porque pode ser a grande saída para resolver o problema dos alagamentos que aflige toda a cidade de Porto Alegre, e a gente acaba lembrando somente no momento, na hora da chuva. Sem investimento não vai ser resolvido o problema de alagamento em Porto Alegre. Então, eu acho que está na hora de fazer o debate de como resolver o saneamento através das parcerias público-privadas. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Sr. Presidente Moisés Barboza, eu assisto V. Exa. quase todas as noites na tela da Pampa. Boa tarde aos colegas vereadores, equipes de assessoramento, galerias, pagador de impostos, que banca tudo isso aqui, que está nos assistindo pela TVCâmara e pelas nossas redes sociais. O partido NOVO, em seu tempo de liderança, quer se solidarizar com os bairros da cidade mais afetados, com as enchentes, com a elevação de águas que traz prejuízo, que traz transtornos, e esperamos que não ceife vidas. A gente está em contato direto com o Poder Executivo, com os secretários – o secretariado em geral – para que a gente possa tentar contornar. Quero saudar também os vereadores que estão na ponta, e gostaria de, nominalmente, saudar o Ver. Conselheiro Marcelo que está lá na ponta, na sua região eleitoral, onde mora, onde vive, está lá junto com os seus eleitores, cidadãos, pagadores de impostos e, neste momento, auxiliando. Em meio a este momento de chuvas, em meio a este momento de alagamentos, ressurgem a necessidade de nós fazermos a concessão do DMAE. Nós, liberais, somos favoráveis ao modelo de privatização, porém, sabemos que na política, ou a política é a arte do possível, e entendemos que nesse sentido o prefeito Melo busca um meio termo, ou busca amalgamar todas as visões e vontades, já que tenho certeza, por parte do Executivo, de que a ideia é tentar resolver o problema. E um dos grandes problemas da cidade de Porto Alegre, que hoje nós estamos experimentando, são os alagamentos, porém o DMAE não dispõe de dinheiro para avançar de modo a contento contra esse grande problema, quando as chuvas vêm fortes. Estamos falando, e está no *site* da nossa colenda Câmara Municipal, em notícia de maio, estamos falando em investimentos privados de R\$ 3,7 bilhões com a concessão do DMAE. Três bilhões e setecentos milhões de reais de dinheiro privado com a concessão do DMAE. Por isso nós precisamos que o DMAE passe por essa concessão, com essa parceria público-privada para que nós avancemos, Ver. Cecchim, líder do governo, nas dragagens, no manilhamento do esgoto pluvial de chuvas, para que busquemos soluções de mais casas de bomba, para que nós disponhamos realmente de recursos para que as pessoas não tenham a água invadindo as suas casas, para que, apesar da chuvaramada, as pessoas se sintam seguras. Então, aqueles que realmente pensam no mais pobre, aqueles políticos e partidos que realmente querem resolver a solução, Ver. Cecchim, precisam ser favoráveis à concessão do DMAE, um aparato estatal que não contempla mais as

necessidades, não dispõe do dinheiro necessário, repito, R\$ 3,7 bilhões para que a gente comece a resolver o problema. Então convoco todos os 36 parlamentares para que sejamos a favor da concessão do DMAE, é dinheiro novo para resolver na ponta o problema dos mais pobres das áreas de risco, das áreas onde não há o mínimo saneamento básico e também saneamento pluvial. Muito obrigado Sr. Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado, Ver. Moisés Maluco do Bem, na presidência dos trabalhos. Em nome da bancada do Republicanos, este vereador e o Ver. Alvoni Medina, dentro deste tema tão latente em relação às enchentes, nós queremos fazer um agradecimento todo especial ao povo da Igreja Universal, mobilizado. Toneladas e toneladas já foram arrecadadas, estão sendo arrecadadas diariamente em todas as quase 400 igrejas que nós temos espalhadas no Rio Grande do Sul, todos estão mobilizados, ajudando o Rio Grande do Sul, principalmente o Vale do Taquari. Agora, aqui, na nossa região das ilhas de Porto Alegre, as enchentes de Porto Alegre também. Então, todo povo da Universal, os obreiros, os membros, os pastores que estão mobilizados para a arrecadação não só de alimentos, mas de água também. Inclusive as igrejas da Universal de Santa Catarina já enviaram para cá também alimentos e material de higiene. Então registro aqui, eu e o Ver. Alvoni Medina, esse agradecimento ao povo da Igreja Universal, aos membros, aos obreiros, a todos os grupos, pastores, mobilizados para ajudar o povo gaúcho neste momento tão triste. Muito obrigado. Um abraço. Que Deus continue sempre nos abençoando.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. José Freitas.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): Por favor, Presidente, posso só fazer um registro aqui rapidamente? Aproveitar que estou aqui dentro. Naquela hora não apareceu o registro no local em que eu estava, Presidente, não apareceu nas câmeras... Está aparecendo nas câmeras aí onde eu estou?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Marcelo, eu peço apenas poucos segundos que eu vou consultar o plenário aqui. Só um momento. Algum líder de alguma bancada se opõe a que o Ver. Marcelo mostre as imagens? (Pausa.) Pode mostrar, Ver. Marcelo.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): (Mostra as imagens.) Presidente, então essa é a realidade da nossa região, principalmente no entorno da Arena. Precisamos fazer o nosso papel enquanto vereadores e cobrar do Executivo, enfim, porque as casas de bombas estão todas funcionando, mas há um volume de água muito grande. Então,

conversando com os comerciantes, conversando com os moradores aqui, essa é a realidade aqui da nossa região. A água começou a baixar um pouco, mas ainda tem muita água por vir. Então essa é a realidade, e esse é o nosso papel. Quero agradecer mais uma vez a preocupação desta Casa com esse tema tão importante que está nos assombrando. Então, sigo aqui trabalhando, estou conectado, estou aqui atento. Daqui a pouco estou retornando aí, mas temos que dar essa resposta para a população, porque esse é o nosso papel. Muito obrigado a todos por esse tempo para eu colocar a realidade em tempo real.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos, mas faço o registro aqui que fiz essa consulta informal aos líderes, porque a bancada do PSDB já tinha utilizado o tempo de liderança. Obrigado, Ver. Marcelo.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Moisés Barboza; colegas vereadores, nós viemos aqui nos somar à solidariedade a todas as comunidades de Porto Alegre e também do nosso Estado que está sofrendo o terceiro ciclone, vendaval que nós estamos tendo num período bem curto. Tivemos o que arrasou a cidade de Carará, aqui no nosso litoral, agora estamos tendo este de hoje, em que já vimos a Região Sul do nosso Estado completamente incomunicável com o restante da cidade em função de barragens e açudes que estouraram. Então a nossa solidariedade a todo povo. Venho aqui também, como membro da base do governo, fazer um apelo ao governo que já fizemos há três anos. Desde que o prefeito Melo assumiu, já fizemos visita na região, depois estivemos com a Secretaria de Serviços Urbanos, tivemos com o DMLU, com o DMAE, que é o Arroio da Mangueira. Estive na Comissão de Saúde aqui da Casa esses tempos lá, e a comunidade do Jardim Itu-Sabará precisa, com urgência, que o governo tome providências no assoreamento que está acontecendo nesse arroio que corta todo o Jardim Itu-Sabará, que é a entrada do bairro Planalto, que vem se desmanchando. Em três trechos, um na frente da unidade básica de saúde do Jardim Itu-Sabará e dois na frente da Escola Itália já estão completamente derrubados e invadindo o asfalto. Então nós queremos elencar isso. Aproveitando o tempo que me sobra, quero falar de um tema que está nas redes, no dia de hoje, dia de ontem, sobre os 10 a 1 do Supremo Tribunal Federal. E hoje alguns setores ficam alarmados com a volta do imposto sindical. Primeiro, tem que saber o que foi legislado, não foi o imposto sindical; o que foi legislada foi a negociação coletiva, o imposto negocial, um imposto que garante aos trabalhadores que estão trabalhando na iniciativa privada, principalmente no meu setor, no meu segmento, que é o comércio, que tem mais de 120 dias, além da licença-maternidade, que tem quebra de caixa, que tem anuênio, quinquênio, triênio, que tem o cálculo do 13º salário e das férias sobre a maior soma da comissão, que tem avançado em temas importantes, quando, durante toda a covid, quando milhares e milhares de trabalhadores ficaram desempregados, o setor do comércio de Porto Alegre trabalhando junto, o Sindec e o Sindilojas, manteve mais de 95 % dos postos de trabalho e mantém até hoje. Esse tem sido o avanço dos trabalhadores que acham que tem que ter meritocracia. Se o sindicato

consegue aumento salarial, se o sindicato consegue, nos últimos dez anos, um ganho real de 13,3%, que foi o que os comerciários botaram no seu bolso de ganho real acima da inflação, dos dados oficiais de governo, isso merece ter uma contribuição para o seu sindicato. Nós viemos aqui dizer que nós estamos defendendo a meritocracia. As pessoas que estão usando as redes sociais para falar que é um retrocesso, que é a volta do imposto deviam fazer esses discursos inflamados também contra um exemplo que eu já dei aqui algumas vezes. No nosso querido Sistema S de todas as categorias – rodoviários, comerciários, metalúrgicos, todo o setor da indústria, todo o setor hoteleiro, todos os setores –, cada trabalhador que hoje trabalha desconta 1,5% do seu salário todos meses compulsoriamente para esse sistema. Isso eu não vejo alarde aqui dentro. A pessoa tem que fazer um curso, uma empresa procura para alguém fazer um curso e tem que pagar para essa pessoa fazer um curso. Nós temos um exemplo clássico disso, que foi agora, os taxistas, que, por um erro de interpretação do projeto desta Casa, a EPTC queria que os taxistas fizessem um curso de reciclagem. O Sistema S estava cobrando dos taxistas mais de R\$ 500,00. Isso ninguém fala. Queria ver essa goela voraz dizer que os advogados não têm mais que pagar a OAB. Eu queria ver essa voracidade enfrentando os conselhos regionais, federais, seja ele de medicina, seja ele de engenharia, seja ele qual for o conselho dizer que os profissionais não têm mais que pagar. Nós estamos falando em meritocracia, nós somos contra o imposto sindical. Não pode ter nada imposto para a pessoa. Nós já temos a imposição dos tributos que estão lá no nosso arroz e no nosso feijão, nós já temos as imposições que nos são postas por governos. Nós defendemos e queremos a meritocracia, quem decide é a categoria, quem decide é a assembleia, e quem não sabe o que está falando tem prazo de oposição. Por incrível que pareça, Ver. Tiago, o prazo de oposição é de uma assembleia à outra. A pessoa, ela está numa empresa, e hoje em dia as entidades sindicais de trabalhadores estão automatizadas, então se a pessoa começou a trabalhar lá no Bourbon e ela fez oposição, se ela for trabalhar na Renner, a oposição dela vale; se a pessoa começou a trabalhar lá na GM e for trabalhar numa sistemista da GM, a oposição que ela fez vale. Hoje está automatizado, nós não queremos o dinheiro, agora a pessoa não pode querer as vantagens que o sindicato consegue, é meritocracia, nós aqui trabalhamos com meritocracia, nós fazemos leis, fazemos projetos, estamos defendendo para os nossos eleitores, é meritocracia, nós fazemos isso buscando o voto dos eleitores. Os sindicatos conquistam, e nada mais justo que esses trabalhadores, que ganharam as vantagens, contribuam para o sindicato. Então não tem nada imposto aqui, o que tem aqui é a palavra moderna da meritocracia, um sindicato que avançou; um sindicato que conseguiu, para a categoria, garantias de emprego; um sindicato que vem lutando para melhorar a vida dos trabalhadores não só na convenção coletiva, vem participando de abertura de postos de saúde, vem participando da luta da escola integral em Porto Alegre, vem lutando, incluindo cláusula de convenção este ano nos sindicatos filiados à Força Sindical na questão das mães e pais que têm filho autista, melhor, dos tutores de crianças autistas, crianças especiais, com síndrome de Down, microcefalia e qualquer doença intelectual ou doença que a mãe e o pai precise acompanhar seus filhos, garantir esse direito que o pai e a mãe acompanhem seus filhos. É isso que nós estamos

falando, meritocracia é isso que nós estamos falando: garantir vantagem para os trabalhadores, e esses trabalhadores têm que pagar para o seu sindicato ser forte, esses trabalhadores contribuem com 1,5 % do seu salário para o Sistema S, e não ouvimos essas vozes falarem isso aqui nesta Casa e nas redes sociais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Só para dar justificativa aos meus colegas, como a Ver.^a Biga tinha falado aproximadamente oito minutos, eu não interrompi a fala do Ver. Claudio Janta, que também foi de aproximadamente oito minutos. Segundo o Ver. João Bosco Vaz foi um grande expediente!

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Serei brevíssimo, Presidente, mas com certeza de interesse de toda Casa. Como disse o Ver. Oliboni, a cidade está alagada – foi muito rapidamente, muito rapidamente! Neste momento completamente alagada a Av. Tramandaí, o arroio transbordou, Zona Sul, Jardim das Palmeiras, Lami, Restinga Nova. O nível do Jacuí já chega a 3 metros, subiu...

(Aparte antirregimental.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sim, eu acho que V. Exa. se interessa pelo tema de alagar ou não a cidade, eu supus. Eu supus que V. Exa. se interessasse, se não se interessa, deveria se interessar – deveria se interessar. Só estou informando à Mesa para que, se tiver que tomar alguma providência, isso está acontecendo agora, neste momento. Obrigado, vereador.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos. Retomando aqui a sessão, daqui a pouco o Presidente Hamilton Sossmeier já estará conduzido os trabalhos, poderá discutir com os líderes algum encaminhamento.

(15h45min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo o Ofício nº 3.016, do Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal, comunicando sua ausência do Município das 17h do dia 11 às 12h do dia 13 de setembro do corrente ano, a fim de participar do almoço com prefeitas e prefeitos de capitais, médias e grandes cidades, com a finalidade de tratar propostas da FNP, Frente Nacional dos Prefeitos, para contribuir com o texto da reforma tributária.

Passaremos à discussão e votação do PLL nº 187/23.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem dos trabalhos, para que o PLL nº 177/23 passe a ser a segunda matéria a ser apreciada na tarde de hoje.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver.^a Biga, segundo o acordo pré-estabelecido, o PLL nº 177/23 poderia ser apreciado em quarto lugar, na ordem priorizada.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Tudo bem.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento da Ver.^a Biga Pereira, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, para que o PLL nº 177/23 passe a ser o quarto a ser apreciado na tarde de hoje. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0363/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 187/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que permite a transformação de salas comerciais inferiores a 30m² (trinta metros quadrados) em apartamentos residenciais no Bairro Centro Histórico. **(SEI 024.00059/2023-89)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE. Relator-Geral Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, dos Vers. Claudio Janta (Líder da Bancada do SD) e Cassiá Carpes;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 187/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 187/23. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente Moisés Barbosa, vereadoras, vereadores, este projeto do Ver. Janta, nós já discutimos aqui, é um belo

projeto, inclusive quero dar um dado importante: a Ouvidoria da Brigada Militar, que está no Centro, na Rua dos Andradas, um dos prédios está condenado, e saíram, mais ou menos, de 200 a 300 brigadianos para outras áreas da cidade. Isso é um exemplo claro de que nós não podemos deixar esvaziar o Centro da cidade. Inclusive, no último levantamento, é um dos bairros que mais vendeu imóveis da cidade, depois vem Petrópolis. Portanto, o projeto do Ver. Janta não é bom, é muito bom! Nós precisamos trazer a população para o Centro da cidade. Eu aumentei na minha emenda, e já tenho a consonância do governo, para 60 metros quadrados, para nós trazeremos mais gente para o Centro. O Centro é o nosso tambor, é aqui que estão os negócios, é aqui que estão os escritórios, sem desvalorizar, claro, os seus bairros. Cada bairro nosso tem uma característica, mas o Centro é, sem dúvida hoje, um momento de uma orla espetacular, nós temos aqui o Parque Harmonia, nós temos o Centro Histórico, que está sendo revitalizado, vários prédios. Portanto nós precisamos de gente, que nós possamos trazer pessoas que invistam no Centro, venham morar no Centro e dar vida, cada vez mais, ao nosso Centro. Nesse sentido, com consonância do governo e também do Ver. Janta, nós aumentamos de 30 metros para até 60 metros quadrados, o que daria uma condição melhor, entendemos nós. Embora eu more no bairro Teresópolis, quero dizer para vocês que eu até vivo mais no Centro do que no meu bairro, porque a Câmara fica perto do Centro. Então, naturalmente, todos nós temos um pouquinho de Centro na nossa vida, e aqui é a ressonância da cidade. Ao melhorar outros aspectos, nós precisamos dar também qualificação às moradias. O que tem de loja para alugar no Centro é impressionante, e não vamos ter condição de voltar àqueles tempos normais, mas, quem sabe, muitas podem se transformar em apartamentos residenciais, moradias residenciais. E é esse o objetivo do projeto do Ver. Janta, e eu acrescentei até 60 metros quadrados, o que dará, sem dúvida, muito mais capilaridade, muito mais condição de moradia no Centro da cidade. Obrigado. Eu tenho certeza de que é um projeto muito bom para todos, aí não tem oposição, não tem situação, é bom para a cidade. Obrigado, Presidente.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 187/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores. Embora meritório o projeto, nós, do partido NOVO, vamos votar contrário a ele, porque a Lei nº 14.405, de 2022, estabeleceu, no Código Civil, Ver. Sgarbossa, que é a competência para esse tipo de pauta, estabeleceu quórum para aprovação da alteração da destinação desses tipos de imóveis por parte dos condomínios, havendo necessidade de quórum qualificado de dois terços para a aprovação dessa medida, ou seja, hoje já podem. Hoje, salas comerciais inferiores a 30 metros, a 60 metros já podem virar residências.

Além de já haver essa possibilidade pelo Código Civil, não compete ao Município adentrar nessa prerrogativa particular de cada condomínio. Essa é a nossa interpretação. Então, a tentativa desta Casa de legislar, e repito: é meritória, o partido NOVO é a favor de se trazerem mais empreendimentos – está se falando sobre um novo prédio que o grupo Zaffari está por construir no Centro. Nós, do NOVO, vemos com bons olhos, mas a matéria é de competência, Ver. Janta, na nossa interpretação, exclusiva da União, direito civil, art. 22, inc. 1º, da Constituição federal de 1988. Votaremos “não”, não por causa do mérito, mas por causa da forma. Repito, hoje já é possível, pelo Código Civil, havendo quórum qualificado no condomínio, transformar salas em residências. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação o PLL nº 187/23, como autor.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, há muito tempo a gente fala em retomar o Centro de Porto Alegre, há muito tempo a gente fala em o Centro de Porto Alegre ser entregue para a população. Várias coisas têm sido feitas: o Mercado Público está abrindo até mais tarde aos domingos, aumentou o acesso a várias ruas e avenidas. Só que nós temos uma parcela grande de edifícios já construídos no Centro de Porto Alegre que, quando construídos pelo construtor, foram construídos para áreas comerciais, então somente poderão atuar nesses edifícios áreas comerciais, escritórios, consultórios, lojas, oficinas. Nós não estamos mudando a roda, não estamos mudando nada, nós estamos permitindo que esse edifício possa ser visto, que esse edifício possa ter lojas no andar térreo, possa ter no segundo e terceiro andares, por exemplo, escritórios e consultórios, e no restante, para cima, possa ter residências. Com a emenda do Ver. Cassiá Carpes, até de 60 metros quadrados. Quem vai decidir é o dono do condomínio, que vai ter que ir na Prefeitura, como qualquer empreendimento, qualquer reforminha, para fazer o habite-se, para ter a autorização, a liberação. Hoje, nós temos vários prédios do Centro de Porto Alegre, é de conhecimento de quem frequenta o Centro, que já funcionam na clandestinidade, pode-se dizer assim, misto. Nós queremos regulamentar isso, para as pessoas terem segurança jurídica, para que as pessoas não paguem a mais IPTU, que as pessoas possam ter uma dignidade. Esses prédios, essas salas, esses apartamentos terão que funcionar como uma casa, terão que ter banheiro, terão que ter a área de cozinha, como funcionam os apart-hotéis, como funcionam as salas que são alugadas pelo Airbnb, pelas plataformas que alugam apartamentos, que alugam casas. Então, teriam que ser adaptados. O que nós estamos fazendo é transformar o Centro. Tenho certeza que centenas de trabalhadores que hoje moram em bairros distantes de Porto Alegre, que pegam um ou dois ônibus para vir para o Centro de Porto Alegre terão essa opção de morar no Centro. Quem mora na Zona Norte e trabalha na Zona Sul – tem muitas pessoas –, e o inverso também, poderá vir morar no Centro e usar só um sistema de transporte. Poderá vir trabalhar no Centro e morar perto da sua casa, poderá ir almoçar em casa, poderá viver o Centro de Porto Alegre, usar as estruturas do Centro aos

fins de semana, seus parques, suas praças. Não é vender um Centro somente com o Mercado Público e a orla do Guaíba aos fins de semanas, feriados, final de tarde, final de noite; é recuperar o Centro, é o Centro ter mais vida e segurança.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu tenho uma dúvida apenas...

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Não posso dar aparte, vereador, estamos em encaminhamento de votação.

(Aparte antirregimental do Ver. Pedro Ruas.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Pode residir quem quiser. O senhor pode, se tiver um prédio misto, alugar um apartamento no Centro, ter um escritório no segundo andar e morar no último. Quem quiser morar no Centro, quem quiser viver no Centro; hoje em dia, isso não é permitido, porque a maioria dos prédios no Centro são comerciais, a maioria dos prédios no Centro não são mistos. É isso que nós queremos, dar vida ao Centro, ajudar as pessoas para que não precisem pegar dois ônibus, para que possam conviver no Centro da nossa cidade, no Centro, que muito nos orgulha. Uma cidade que tem um Centro que agora inaugurou um museu maravilhoso, tem o seu Mercado Público já funcionando aos fins de semana, funcionando até mais tarde, tem suas operações, isso vai levar o comércio do Centro a funcionar melhor, vai levar bares e restaurantes a funcionarem melhor, vai movimentar o Centro de Porto Alegre. É isso que nós queremos com esse projeto autorizativo, que quem vai decidir é quem decide hoje em dia, as secretarias do governo, que dão autorização para ter ou não um prédio, para ter ou não um apartamento, precisa de habite-se. Nós não estamos autorizando construções, nós estamos autorizando reformas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 187/23.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Utilizo a tribuna representando o partido, a minha bancada progressista em nome da Ver.^a Comandante Nádia, do Ver. Cassiá e desta vereadora. Ver. Tiago, o senhor está enganado. A lei civil permite isso. Eu me debrucei sobre o tema, que não era competência do Legislativo, pelo que eu ouvi. Permite. O senhor está enganado. Eu não vou dialogar aqui na tribuna, mas eu quero só trazer alguns dados importantes, vejam bem, notícias. Eu, como jornalista, me pego nas notícias. “Expectativa de retorno de interessados pelas salas comerciais não se confirma. Parte dos usuários potenciais resistem em abandonar o trabalho em casa. As restrições impostas pela pandemia, desde 2020, acabaram para trabalhadores e empregados, mas o alívio esperado pelo mercado de compra, venda e locação de salas comerciais não veio.” Ou seja, temos aqui um grande problema: imóveis vazios sem conseguir vender ou locar. Ora, ao mesmo tempo, nós temos a possibilidade de trazer vida ao Centro Histórico.

Parabéns, Ver. Janta, parabéns, Ver. Cassiá Carpes, que tiveram uma visão de futuro e de utilidade – ousou dizer que até de utilidade pública –, porque, no momento em que nós estamos pensando em trazer vida ao Centro Histórico, nós vamos trazer segurança. As ruas que estão abandonadas, tomadas por marginais, nós precisamos apoiar essa iniciativa. E digo mais, quem dera essa iniciativa fosse para toda a cidade. Existem imóveis comerciais, salas que poderiam ser transformadas em apartamentos. Então, o senhor terá da bancada inteira o voto de apoio a esse projeto. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 187/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente Ver. Hamilton Sossmeier, que, brilhantemente, como sempre, conduz a sessão; vereadoras, vereadores, esse é um tema muito delicado para nós na oposição, tanto que eu traduzo aqui uma opinião pessoal, não é nem a do meu partido, não é um debate do PSOL, a opinião é minha, quero deixar bem claro. Obviamente, como eu estou aqui falando em nome partidário, nem cogito PT e PCdoB, não é a oposição aqui, sou eu. Mas quero dizer o seguinte: eu defendo ocupações. Eu acho que, quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Eu defendo isso há muitos anos. Defendo e defendo na prática, Ver. Oliboni, ajudei muitas ocupações e continuarei ajudando enquanto tiver pernas e braços que me permitam fazer isso, farei isso sempre.

Eu, francamente, quando olhei o projeto, não gostei muito, menos ainda da emenda. Eu olhei de várias maneiras, com a intenção inicial de votar contra o projeto, particularmente, a emenda, mas há uma questão de coerência. Algumas pessoas podem não achar tão importante isso, geralmente na direita – geralmente na direita, não sempre na direita, Ver. Tiago, digo geralmente. Tenho muito respeito por coerência. Eu não posso trabalhar como trabalhei toda uma vida com ocupações, Ver.^a Mônica Leal, e continuarei trabalhando, e serei criticado por vários vereadores, inclusive pelo Ver. Cassiá, que me criticou até por eu falar sobre a água aqui, serei criticado por trabalhar nas ocupações, serei; mas eu não posso, Ver. Janta, votar contra esse projeto, nem contra a emenda do Ver. Cassiá. Eu quero dizer que eu gostaria de votar contra, eu gostaria, mas eu não posso votar contra. Eu estou sendo sincero. Eu queria votar contra, eu não posso por coerência, porque passei toda uma vida defendendo ocupações, inclusive no Centro. Aquele caso da Lanceiros Negros é um escândalo. Ali moravam 63 famílias que foram tiradas a força, claro, por decisão judicial, mas pela Brigada Militar – eu estava no dia lá –, e não botaram mais nada lá, não é usado o prédio. Tinha 63 famílias. Há inúmeros casos dessa ordem. Eu fui um dos ocupantes da Casa do Estudante, fui um. Pessoalmente, Ver.^a Mônica, fiz força para votar contra, eu, pessoalmente. Mas eu luto por ocupações, luto por moradia, acho que é indispensável que as pessoas possam morar, e conluo, Presidente, lembrando uma posição da CNBB – hoje presidida pelo meu amigo, de quem eu gosto muito, dom Jaime Spengler – de uns 30 anos passados, cuja campanha dizia: “Onde moras? Quem não puder responder a essa pergunta, jamais terá cidadania plena”. Nós temos obrigação

– obrigação – de dar moradia e um endereço para as pessoas, e se essa é a maneira deste momento, é essa que faremos. Isso eu falo por mim, não pelo PSOL neste momento. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 187/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente. Cumprimento os colegas vereadores e vereadoras, e quero cumprimentar o Ver. Claudio Janta, o Ver. Cassiá e todos os que se pronunciaram favoráveis ao projeto. Votaremos favoravelmente ao projeto, porque ele vem ao encontro da política nacional que está sendo construída neste momento a partir da reconstrução do Ministério das Cidades, que tem o projeto Minha Casa, Minha Vida Retrofit, vereadores Cassiá e Janta, que é para financiar imóveis que estão deteriorados nos centros das cidades ou nas regiões urbanas consolidadas. Porto Alegre hoje tem aproximadamente 15 mil imóveis e/ou salas desocupadas no seu perímetro histórico, no Centro Histórico da cidade. É muita unidade habitacional desocupada, e nós precisamos fazer e ter uma política pública para que os trabalhadores que trabalham nas regiões centrais da cidade morem no Centro, porque é um absurdo aqueles que moram lá no Rubem Berta, no Lami ou lá na Restinga e trabalham num restaurante no Centro tenham que pegar um ônibus. São três horas de ônibus por dia, um sacrifício, enquanto ele poderia estar morando... Ali em frente à praça Parobé, por exemplo, tem prédio público. Quem não se lembra do Edifício Protetora, que está abandonado, onde até cem famílias podem morar, ou dos prédios do INSS? Estou falando de alguns prédios públicos, mas nós temos centenas de prédios privados que estão hoje fechados, sub-habitados, ou, como disse o Ver. Claudio Janta, habitado na, entre aspas, clandestinidade. Não é clandestino, porque todo mundo sabe onde as pessoas estão, mas ele está irregular. Muitas vezes, não foi feita a estrutura de fiação correta, pode correr risco de incêndio, não tem as reformas e urbanidade adequada e, com isso, permite que esses projetos de restauração... Aí tem recursos do Minha Casa, Minha Vida para um programa específico chamado Retrofit, que propicia que as pessoas possam morar no Centro da cidade.

Eu aproveito, Ver.^a Mônica Leal, a senhora que debate muito o tema da segurança: um dos elementos para se ter segurança nos núcleos urbanos, principalmente nos centros, é colocar pessoas para morar no centro. Quando tem pessoas morando, diminui a violência. Quando os centros são abandonados, aumenta a violência. Portanto, isso também tem um efeito colateral, sem dizer que o centro está com toda a infraestrutura existente. Tem a urbanidade constituída, tem a estrutura de consumo, tem estrutura de lazer, tem estrutura de educação, tem estrutura de trabalho, ou será que nós não gostaríamos que os nossos soldados, os trabalhadores da Brigada Militar, morassem no Centro da cidade? Claro que gostaríamos, mas, para isso, tem que oferecer a oportunidade. Esse projeto vem ao encontro de oferecer oportunidade para que os centros

também sejam habitados com habitação de interesse social, para as baixa e média rendas. Um grande abraço. Muito obrigado. Meus parabéns pelo projeto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01 ao PLL nº 187/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLL nº 187/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

Solicito aos líderes que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Agradeço aos líderes o acordo para seguirmos debatendo os projetos.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

RECURSO S/Nº, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, da decisão da Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada por meio do Requerimento nº 107/23, Proc. 0570/23, SEI 055.00006/2023-37, Ver^a Mari Pimentel, “que conduziu a reunião da CPI sem a presença do Relator, bem como não cumpriu com o Regimento Interno da Casa e aprovou requerimentos sem o quórum necessário”. **(SEI 039.00087/2023-91)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela procedência do Recurso.

Observações:

- votação nos termos do art. 99 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 06-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente Hamilton, demais vereadores, esse recurso de minha autoria foi referente à CPI número 2, presidida pela Ver.^a Mari Pimentel, que, durante uma sessão da CPI que estava sem relator, porque nós temos uma norma aqui na Casa, já bastante antiga, inclusive que foi juntado documento que nós solicitamos para a DL que, pelo menos, nos últimos 20 anos, em todas as CPIs que tiveram na Casa, o relator foi votado, assim como o vice-presidente. A Ver.^a Mari Pimentel fez uma leitura que, pelo Regimento, ela acreditava que poderia nomear o relator. Então nós fizemos esse recurso à Mesa Diretora, que suspendeu, foi suspenso o relator e mandou para a CCJ, onde foi feito o parecer, o Ver. Márcio Bins Ely foi o relator

e a Comissão de Constituição e Justiça aprovou seu relatório. A Ver.^a Mari ingressou também na Justiça requerendo manter o relator e não conseguiu uma liminar, o Ver. Robaina também ingressou, e a Justiça não deu a liminar. Então chega-se à conclusão de que o relator realmente tem que ser votado, inclusive já foi votado, eu fui eleito depois do relator da CPI. Alguns vereadores disseram que já foi resolvido e perguntam por que o vereador não retira o seu recurso. Eu não retiro porque é importante que no plenário, como é soberano, vote para criar uma nova jurisprudência para ficar nos Anais da Casa, para que não se repita o mesmo erro no futuro. Então, a partir de agora, como não está claro para alguns, na minha opinião está claro, que o relator tem que ser votado, até porque essa é a tese que defendo e que a Casa sempre defendeu, que o relator e o vice-presidente são votados, porque o Presidente da CPI não é votado, ele é colocado como presidente por ser o primeiro signatário. Então esse é o padrão se adquiriu aqui na Casa, ao contrário do Congresso Nacional, onde o presidente não é o primeiro signatário, os grupos políticos decidem quem é o presidente, e ele escolhe o relator. Diferente do Congresso Nacional, a Casa tem um outro sistema, assim como a Assembleia Legislativa. Nada contra os vereadores nem a Ver.^a Mari Pimentel nem o Ver. Robaina, que era o relator escolhido pela Presidente. É para que a gente possa votar esse recurso e concretizar aquilo que já foi determinado pela Mesa Diretora e pela própria CCJ, e, dessa forma, ficar uma jurisprudência nesta Casa. Portanto, é importante o voto do plenário, que é soberano, apesar de já ter sido resolvido. A própria Ver.^a Mari Pimentel já botou em votação, já foi eleito o relator, mas é para ficar consagrado o que foi discutido na CCJ e na Mesa Diretora. Venho aqui pedir que a gente possa votar favorável a esse recurso, conforme foi determinado pelo relator Márcio Bins Ely e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente. O Mauro Pinheiro fez um recurso e gentilmente me entregou uma cópia. Presidente Hamilton, vereadores e vereadoras; eu acredito que esse recurso é um recurso equivocado. Nós temos tido um debate aqui na Câmara acerca da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre como a Comissão Parlamentar de Inquérito deve funcionar. Eu acredito que a CPI deve ter garantia de funcionamento autônomo, a CPI tem um papel e tem um regimento. A Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, a Ver.^a Mari Pimentel, quando fez a escolha do relator, ela fez a escolha do relator baseada no Regimento e baseada num parecer da procuradoria da Câmara. A procuradoria da Câmara orientou a Presidente Mari Pimentel no sentido de que a Presidente da CPI tem sim o direito de escolher o relator. Isso tem lógica. A Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no caso do nosso funcionamento aqui, é a primeira signatária, quando há o protocolo para a existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela, sendo a primeira signatária,

não necessariamente tem a maioria na Comissão Parlamentar de Inquérito, porque a CPI é justamente um instrumento de minoria, razão pela qual, com 12 é vereadores e vereadoras subscrevendo o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito, a Câmara tem a obrigação de instaurar a comissão, porque ela é um instrumento de minoria, não precisa, portanto, da maioria dos vereadores. Mas a composição da CPI é uma composição que reflete a composição da Câmara, portanto se a Presidente tem uma posição minoritária na Câmara, também na Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter uma posição de minoria. A escolha do relator permite, pelo menos, que mesmo às vezes sendo minoria, a presidência possa trabalhar com o relator que responde também aos interesses daqueles que foram signatários da Comissão Parlamentar de Inquérito, portanto aqueles que estão interessados em investigar determinado objeto – no caso específico as denúncias envolvendo a Secretaria de Educação. A propósito, eu quero já insistir junto ao líder do governo, que preside uma outra CPI também, cujo objeto é a Secretaria de Educação, que cobre do governo a entrega dos documentos; até agora o governo não entregou os documentos que foram aprovados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. O governo Melo não está cumprindo a lei, a rigor, não cumprir a lei que determina que os documentos requisitados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito sejam entregues para a CPI, a rigor, é motivo de impeachment, é crime de responsabilidade. O prefeito Melo está tendo crime de responsabilidade, neste momento! Depois os advogados podem dizer exatamente há quantos dias que estão deixando de informar à Comissão Parlamentar de Inquérito, mas eu acredito que o Ver. Idenir Cecchim deve cobrar do prefeito Melo esses documentos.

Quanto à proposta que o Mauro fez, para voltar ao tema, eu não creio que o plenário da Câmara tenha que discutir esse tema, tenha que votar; já foi um grave erro a Mesa da Câmara ter interferido. A Mesa da Câmara desautorizou a decisão da Presidente, e obstruiu-se, a partir daí, o funcionamento da CPI presidida pela Mari Pimentel. A justiça ainda não se pronunciou sobre o tema, nós não ganhamos numa liminar, mas a justiça ainda tem a discussão sobre o mérito, então eu acredito que votar o recurso do Ver. Mauro Pinheiro significa impor uma maioria circunstancial que existe no plenário, que é uma maioria favorável ao governo, para interferir em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando justamente a Secretaria de Educação, comandada pelo governo. É o que eu tenho visto ao longo de todo o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito: uma tentativa do governo de obstruir a CPI. Na última reunião, finalmente, nós conseguimos aprovar uma série de oitivas. Nós já tivemos, por sinal, duas oitivas aqui, a do empresário Jajá e da funcionária Mabel. Oitivas que foram muito importantes, que revelaram muitas contradições, que revelaram que a Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar da obstrução do governo, está indo no caminho certo, está conseguindo investigar, está mostrando os problemas da secretaria, está levando esses problemas para o Ministério Público, para a Polícia. Eu creio, portanto, com isso, concluo que o recurso do Ver. Mauro Pinheiro, que infelizmente, na prática, já foi aprovado, porque, na prática, para a CPI poder funcionar, a Ver.^a Mari Pimentel teve que abrir mão da indicação da presidência que ela havia escolhido, o próprio Ver. Mauro Pinheiro foi escolhido como Presidente,

com o apoio da maioria que o governo tem na Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, esse assunto já foi resolvido pela política, mas o Mauro Pinheiro, com esse recurso, quer legitimar essa decisão, dar mais força política para essa decisão. E, talvez, nesse caso, não sei se iria influenciar no Judiciário, não sei qual é o sentido dessa proposta do Ver. Mauro Pinheiro. Eu sei que o sentido dessa política que o Mauro Pinheiro defendeu foi o sentido de impedir ou de tentar impedir que a Comissão Parlamentar de Inquérito funcione de modo independente. Não acredito que esse objetivo dele sairá vitorioso, mas eu sei que nós estamos enfrentando uma tentativa permanente do governo de obstrução. Nesse caso, além do mais, um problema grave que o governo tem produzido, que é não apresentar os documentos que a CPI está demandando, e isso o governo tem a obrigação legal de apresentar. Já passaram os prazos e é preciso que se pergunte o que o governo está tentando esconder. Muito obrigado.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem reassume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Só uma questão, o Ver. Robaina fala de documentos que não foram entregues pelo governo. Se for o documento que foi solicitado da Controladoria, a Controladoria não chegou ao final, ainda, do processo. Então, ela não pode entregar um documento que não foi finalizado, porque a Controladoria verificou a situação dos documentos e passou para a SMED responder, e agora a Controladoria vai receber da SMED. Não chegou ao fim ainda, então não pode entregar um documento que não findou ainda. Se for esse...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado pelo esclarecimento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, só um esclarecimento para o Ver. Mauro Pinheiro: não é apenas a cópia da auditoria que nós estamos demandando, e que foi aprovado pela comissão presidida pelo Ver. Idenir Cecchim, também há uma série de diversos processos administrativos, prestação de esclarecimento sobre o objeto da CPI, balanço de materiais referentes a quatro processos administrativos. Eu tenho todos os números aqui dos documentos aprovados, todos os ofícios, seguem os números: 3.919, 3.926, 3.945, 3.943 e 3.944. São vários os documentos que a CPI presidida pelo Ver. Idenir Cecchim já aprovou, que já se passou o prazo de entrega desses documentos, e nós estamos cobrando.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feitos os esclarecimentos, por favor, vamos ser sucintos nas questões de ordem. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, não me estranha nada o Ver. Robaina repetir esse discurso, ele é um perdedor. É um perdedor. Perdeu três vezes na justiça, perdeu no plenário, perdeu na comissão e está reclamando, sempre repetindo. Ver. Robaina, para que vossa excelência não gaste a sua garganta, grave um disquinho e peça para o Luiz Afonso repetir cada vez que o senhor vem aqui. O senhor repete sempre a mesma coisa. Então, eu queria dizer para o senhor não se preocupar com a sua perda de relatoria, porque isso a própria justiça, por três vezes, duas vezes que vocês tentaram dar uma de espertos e entraram uma com cada juiz, perderam os dois, levaram um xixi do juiz e do desembargador por tentarem ser espertos, no fim de semana. Isso não cola com todo mundo. Não é com todos assim.

Dito isso, o que nós estamos votando, hoje, aqui é reiterar aquilo que o Regimento diz. Só isso. Nós vamos votar “sim” nas duas, no nº 02 e no nº 03. Nós vamos votar “sim” justamente para que o discurso do Ver. Robaina siga gravado. Porque nós já sabemos tudo o que ele diz todas as vezes, a lamentação que ele tem por não ter sido o relator; não foi porque a Presidente Mari, da Comissão nº 02, quis; ela foi obrigada a eleger o relator! Ninguém abriu mão de nada aqui! E ela, inteligente dessa vez, votou no Mauro também. Outros vereadores da oposição também votaram no Mauro; o Ver. Robaina não conseguiu receber os votos da oposição, Ver. Janta, não conseguiu, por quê? Até não vou dizer que ele é um vereador que não merecesse, mas os nossos pares, Ver. Cassiá, sentiram o que o vereador quer. O Ver. Robaina não quer esclarecer nada, ele quer palanque, é o jeito dele de fazer política, a vida toda ele fez assim; então, eu não posso reclamar dele, porque esse é o jeito dele, ele faz política assim. Só que a Ver.^a Mari perdeu muito se aliando com essa esquerda radical representada pelo Robaina, começou a perder apoio dos seus eleitores. O próprio partido NOVO sentiu um baque nos apoios – o partido NOVO sentiu isso e certamente está aconselhando os vereadores do NOVO aqui a não seguirem nesse ritmo senão o NOVO vai crescer para baixo igual rabo de cavalo. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, eu acho que é importante nós fazermos um histórico. Nós estamos criando aqui o que juridicamente se fala: jurisprudência. Porque todo esse imbróglio que teve na CPI da educação, em que as minorias são representadas pela presidência da Mari Pimentel, foi causada por um parecer de um procurador da Casa, que diz que o presidente da CPI poderia indicar o relator. Foi isso que aconteceu. A Ver.^a Mari não tirou isso da cabeça dela, não chegou aqui e disse: “Ah, eu vou fazer.” Não, estava escrito por um procurador da Casa, dizendo que poderia indicar o relator. Como pode, daqui a pouco, um procurador, agora no final do ano, chegar e dizer que o presidente da comissão permanente, Ver. Pedro

Ruas, pode indicar o vice. Então, nós estamos criando uma jurisprudência, dizendo que os cargos eletivos nesta Casa, a minoria numa CPI é garantida com a presidência. O restante nós vamos eleger, como a gente elege nas comissões permanentes da Casa, como a gente elege quando faz as frentes parlamentares. Tudo nesta Casa é construído no voto. O que causou todo esse desconforto, o que causou todo esse imbróglio, que nos levou ... Eu faço parte da CPI nº 1, não sei como é que funciona aqui, mas eu faço parte da CPI em que a Ver.^a Mari é a presidente e o Ver. Mauro, agora, é o relator. Nós ficamos umas cinco ou seis sessões da CPI discutindo se o ato da Ver.^a Mari era válido ou não, ficamos discutindo em função do parecer do procurador. Então, acho que esta Casa hoje cria uma forma de encerrar esse assunto para qualquer comissão da Casa.

É garantido o direito das minorias numa CPI, mas, também, é garantido o direito da maioria de eleger o relator, que são dois cargos importantes na Comissão, não menosprezando o vice, mas são dois cargos importantes. São como as comissões permanentes da Casa. O presidente e o vice nós elegemos aqui neste plenário, no final do ano – elegemos aqui.

É importante nós termos a garantia jurídica desta Casa no outro projeto – eu só vou encaminhar neste –, a garantia jurídica desta Casa de que as deliberações têm que ser por maioria, senão nós podemos, daqui a pouco, trazer isso para o plenário, Ver. Pedro Ruas, aí é algo que não interessa à maioria, fica uma minoria e aprova.

Nós temos, no Regimento na Casa, que precisa 12 votos para abrir uma sessão, 19 votos para abrimos uma votação nesta Casa. Alguns processos precisam de 24 votos, inclusive Título de Cidadão de Porto Alegre, os PELOs precisam de 24 votos. São regras. Então nós estamos, nada mais nada menos, do que referendando as regras desta Casa, as leis desta Casa, que tiveram uma interpretação de um juridiquês, uma interpretação de um procurador que tem o seu direito de interpretar, mas não pode mais atrapalhar o andamento desta Casa, então, dessa forma nós encaminhamos, em nome do nosso partido, para que votemos favoravelmente aos recursos, o primeiro e o segundo – que logo em seguida entra em discussão –, que limpam as regras desta Casa, que deixam transparentes as regras desta Casa, não deixando interpretação para nenhuma outra pessoa achar o contrário. Podemos mudar nós, que chegamos aqui através do voto, nós que temos esse direito de mudar, por maioria, quando não concordarmos com alguma das regras. Agora, ninguém pode simplesmente dar um canetaço, como se diz, trazendo esse desconforto que trouxe entre todos nós aqui, porque esse desconforto começou na CPI e veio para o plenário depois. Conseguimos através da política, Ver. Roberto Robaina, desde o início, nós achávamos que tínhamos como fundir as duas CPIs, tendo a garantia do direito da minoria; se achou uma saída boa, vão ter duas CPIs, o mesmo relator, cada uma com seu presidente, participa todo mundo das oitivas, todo mundo pergunta, então a democracia prevaleceu nesta Casa. Quando esta Casa quer, as coisas acontecem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, Ver. Claudio Janta. Gostaria de saudar aqui a presença de um amigo da Casa, grande

empresário da gastronomia de Porto Alegre, o amigo Simonetti, e também a presença do secretário municipal de cultura Henry Ventura, que estão nos acompanhando na sessão.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, ilustre Ver. Moisés Barboza, que preside a sessão neste momento. Também saúdo o secretário presente e o meu amigo Simonetti, um abraço, e digo aqui Ver. Claudio Janta, com todo respeito a V. Exa., eu tenho uma...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Uma divergência, sim, uma divergência, Ver. Mauro Pinheiro, a quem também respeito muito, e com ambos tenho amizade. Mas há uma divergência, e vejam bem, vejam bem a que isso nos leva. A CPI, que é uma espécie de instrumento bicentenário no mundo, tem mais ou menos 200 anos, Ver. Roberto Robaina, ela é exatamente a garantia da democracia. Por quê? Porque ela é a garantia de que as minorias, via de regra, fora de governo, isso não é absoluto, eventualmente um governo pode ter minoria com o passar do tempo, mas normalmente a minoria está fora do governo, tanto que não tem sentido uma CPI governista, porque o governo tem outras maneiras de investigar que não a CPI; a oposição não tem outra maneira de investigar, ou tem a CPI ou não tem nada, não tem nada. Mas, quando – isso é no mundo, e a nossa Constituição Federal também – se cria o instituto da CPI, que é a garantia de interferência em qualquer processo, basicamente para fiscalizar e fundamentalmente para poder moralizar qualquer tipo de situação que a minoria esteja em desacordo – eu não estou dizendo que ela tem razão ou não tem, está em desacordo –, é evidente que ela precisa ter algum grau de poder, mínimo, e esse grau de poder se dá, Ver.^a Mari Pimentel, no exato momento em que o presidente indica o relator. Eu já fui presidente de CPI, já fui relator de CPI, não tem como, vou dar um exemplo – não é o caso do Ver. Mauro Pinheiro, eu conheço o vereador e sei da sua honestidade e coragem, conheço episódios que posso contar para muita gente, ele sabe disso, que eu conto –, mas é natural, que em outros casos o relator, Ver. Robaina, escolhido pela maioria, V. Exa. disse bem, porque a CPI reflete numericamente a maioria de plenário, ela é a mesma reflexão, ela é o espelho da maioria de plenário, portanto é natural que nas CPIs o relator seja governista, sempre, e em sendo governista – não é o caso, Presidente, do Ver. Mauro Pinheiro, eu já disse –, a tendência é que vá fazer a política do governo, e o presidente ou a presidente, fica praticamente de mãos atadas, porque quem tem poder real numa CPI é o relator, é a relatora, não é o presidente. É o relator quem vai dizer o que foi, é quem vai instruir o processo; quem vai instruir é o relator! Quem vai fazer as primeiras perguntas, quem vai concluir, quem vai analisar, quem vai juntar depoimento, juntar documento e chegar a uma conclusão em nome de todos é o relator, e se esse relator é da base do governo, que tem maioria na comissão, já está aprovado o seu relatório. Portanto,

vereadoras e vereadores, a CPI, que é um instrumento de minorias – vejam bem, é na Constituição que está escrito, é de minorias, é o único instrumento que uma minoria pode ter para manter a democracia, senão seria o esmagamento e não a democracia, seria o democratismo, que é pejorativo –, a CPI garante, sim, nos parlamentos, a democracia, mas desde que ela possa funcionar dignamente. O presidente escolhe o relator e, a partir dali, desenvolve o trabalho em conjunto. Pode até esse relatório ser rejeitado – claro, pode! –, mas se o presidente ou a presidente não pode escolher sequer o relator, a CPI perde o sentido, com todo o respeito. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI nº 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que vê esse recurso sendo votado; primeiro o governo se apavorou, porque não queria a CPI. Correu e mandou, ou da cabeça dele, o líder, lançou uma outra CPI. Eu nunca tinha visto. Enquanto havia todos os debates nos jornais, as matérias falando de várias coisas acontecendo nebulosamente, lá na SMED, ele não se pronunciava. Aí ele viu que estavam recolhendo assinaturas para uma CPI, tinha uma presidenta, teria a indicação do relator, fizeram 15 dias de estardalhaço, mas não explicaram até hoje onde estão os R\$ 110 milhões da educação de Porto Alegre; até agora não foi dito. E eu vejo assim, o Ver. Mauro, não contente de ser relator de uma CPI, quer ser o relator da outra. É ou não é um vereador produtivo esse?! Eu quero ver se os dois relatórios vão ser diferentes, porque são objetos diferentes. Não é o mesmo objeto. Eu quero ver os relatórios deste vereador, se vão ser iguais, um copia e cola. Não! Daí, espera aí. Tu és relator de duas CPIs, copia e cola, não. Nós vamos analisar isso. Copia e cola, lá na escola a gente diz que está errado. Mas eu quero falar mais ainda: eles não querem investigar. Se eles quisessem investigar, eles deixavam o relator da minoria, da oposição. O fato é que não se quer investigar a SMED. Sabe por quê? Olha só o que está no jornal, matéria publicada: “Prefeitura de Porto Alegre compra R\$ 9 milhões de empresa investigada pelo Tribunal de Contas da União”. Qual o prefeito, em sã consciência, compra de uma empresa investigada pelo Tribunal de Contas da União? O prefeito Melo. Melo revoga autorização para secretária de Educação de Porto Alegre fazer compras via licitações de outros municípios e estados. A mea-culpa do prefeito! Logo ali, uns três ou quatro dias antes de, supostamente, a secretária Sônia escrever uma carta de autodemissão: “Estou saindo, já contribuí o que chega”. Claro que contribuí o que chega. Quando ela chegou, uma semana depois, ela assinou um contrato com a empresa do Jajá, que a outra secretária, a Janaina, não quis assinar. Por que será que sai uma secretária, a Janaina, líder Cecchim, querido vereador que falou aqui, falou, mas não explicou isto: por que o governo tirou a Janaina, botou a Sônia e, no meio, logo ali, uma semana depois, assinou com o Jajá? Então eu entendo por que eles querem um único relator para as duas CPIs,

eu entendo! Sabe por que eu entendo? Porque eu fiz o ensino médio; eu fiz o ensino médio, então eu entendo, eu compreendo essa hermenêutica deles.

Outra matéria: “Em menos de um ano, a SMED fez compras de R\$ 73,5 milhões usando licitações de outros municípios”. Como assim, mais de R\$ 70 milhões sem discutir com as escolas os materiais? As escolas estão hoje, gente, precisando de reforma na elétrica, como a Ver.^a Abigail falou aqui, recentemente, para nós. Ela mostrou o perigo que é. Na escola Décio Martins, gente, pode ter eletrocussão, estão trabalhando no meio do perigo. Eles não fizeram as obras – eles não fizeram! –, eu entreguei um dossiê a esta Prefeitura, para a Janaina, em março de 2021, depois entreguei para a Sônia o levantamento que eu fiz. O nosso mandato foi a 99 escolas, 70% delas precisando de reformas elétricas. Eles nunca implementaram uma obra, porque eles tinham o interesse de comprar sem licitação – para a obra, teriam que fazer licitação, então a obra não era prioritária. Isso é o ordenamento governamental. Então agora a gente vai ficar interrogando só secretárias? Eu quero ouvir o Sebastião Melo, ele tem que vir aqui explicar para nós sobre essas secretárias que ele colocou lá, esses CCs. Ou ele vai ser eximido de tudo isso que aconteceu na SMED? Ele é o prefeito, ele foi eleito, ele é o mandatário de tudo. Vai dizer assim: “As secretárias que fizeram, eu não sabia”. Como assim, tu não sabias? Então tu não tens um projeto de educação para o Município? Tu não tens o projeto de gestão? Tu não és o prefeito? És o prefeito do quê? Da roda gigante da orla, de cortar o mato da Redenção, do Harmonia? Não! Eu quero ouvir o vice-prefeito falando aqui, porque o Melo estava na foto com o Jajá, estava o Pablo Melo na foto com o Jajá, estava o Bobada – que já se foi, um abraço ao Bobadra –, estavam todos na foto e até agora nenhum deles veio na CPI explicar. Então, para concluir, meu Presidente – obrigado pelo tempo –, ficam aqui esses questionamentos. Eu completo, Ver.^a Mari e Ver. Robaina: eu sei por que eles estão votando esse requerimento e eu sei por que eles querem o Mauro Pinheiro de relator das duas CPIs.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, é triste ver a fala de hoje do líder do governo sobre vencedores e perdedores. Ver. Roberto Robaina, desculpe, mas você não é o perdedor.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Perdedoras são as mil crianças da escola que mostro que no dia de hoje, a EMEF Mário Quintana, não conseguiram acessar a escola devido à falta de infraestrutura; quem perdeu foram as crianças da EMEF José Mariano Beck, que tem esgoto transitando com elas a céu aberto.

Essa é a realidade nas nossas escolas no dia de hoje, vereadores, enquanto nós estamos aqui na melhor infraestrutura. É sobre isso que nós falamos e é essa a motivação de abrir uma CPI, é quando o dinheiro não chega lá onde deveria chegar, é quando a política pública não é sobre crianças e sobre a educação, e sim sobre empresários direcionados. É sobre isso que é a CPI, por isso, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, não perdemos apoio, ganhamos apoio, porque a CPI é para cada uma dessas famílias que fica sem aula e fica sem recursos para ter uma educação de qualidade; não é sobre meia dúzia de apoiadores, não é sobre algumas pressões direcionadas do governo, é sobre a população que demanda serviços públicos. E se cada um de nós está eleito hoje é sobre pessoas, não é sobre votos, os votos são consequência do nosso trabalho sério, do nosso trabalho voltado para pessoas e não para empresários e não para direcionamento. Desculpe se eu sou nova na política e se em algum momento eu pensei que a gente fazia política para pessoas, porque o que me parece, na fala do líder do governo, que nós fazemos política para voto e não para as pessoas, não para as crianças; que eu votaria na educação, e a minha pauta seria a educação por votos, mas aqui eu digo: se eu estava hoje nas escolas é por que é lá que eu deveria estar, e é de lá que eu me lembro, todo dia, quando eu sou atacada pelo governo, quando eu sou atacada pelos vereadores sobre a CPI. Sobre a CPI, que tinha e tem a sua base legal, e que tem a sua base legal ao escolher o relator, que tem a sua base legal também ao ter a sua verificação de quórum colocada, não para as votações, mas sim para abrir a sessão. Isso tudo está com embasamento legal. Isso tudo está no Regimento Interno. Se não gostamos do Regimento Interno, vamos nós, vereadores, fazer um novo regimento interno. Não será a votação de hoje que vai mudar o Regimento Interno, e isso será também uma situação para próximos vereadores e próximas legislações. Eu considero importante esta Câmara pensar sobre o que ela quer fazer quando tiver outra CPI, e que cada vereador reflita em que momento estará numa próxima CPI, se estará na base do governo, se estará na oposição, e como gostaria que essa legislação estivesse, independente do momento que você estiver aqui no parlamento. Lembrem, e aqui eu reforço, que a CPI já traz resultados, Ver. Roberto Robaina, independente de estares ou não na relatoria; Ver. Idenir Cecchim, independente de termos juntado ou não, a CPI já trouxe situações que ainda não foram explicadas, como a foto do Sr. Jailson, que até hoje não foi explicada. Trouxe uma situação trazida pela servidora Mabel, onde um secretário pede para derrubar um projeto e direciona para um outro projeto de brinquedos que, para quem foi nos depósitos, viu que estavam lá milhares de brinquedos com a caixa de um outro fornecedor estocados nos depósitos, sem ao menos haver uma estimativa de quantitativo, direcionamento, para aonde iria, um projeto pedagógico, mostrando, sim, que nós precisamos dar passos largos na investigação, que ela só começou e que ela vai continuar, Ver. Roberto Robaina, independente da relatoria, porque da maneira que nós estamos fazendo, um conjunto com órgãos de fiscalização, o resultado virá. Não pode não vir aqui, para quem é o vencedor ou perdedor, pois aqui parece uma corrida eleitoral; vai vir para aquelas crianças, para a população de Porto Alegre, porque uma coisa a gente sabe: R\$ 100 milhões não foram investidos nelas, e o

que a gente quer é saber para onde foram R\$ 100 milhões da Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI nº 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton, colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara; quero dizer que pelas crianças é que nós estamos aqui. É por isso que a educação compra livros, compra telas interativas, compra Chromebooks, porque exatamente a criança da periferia, a criança mais pobre tem o direito de ter o que o aluno da escola particular tem. É por isso que nós queremos, sim, cada vez mais desvendar o que a Secretaria de Educação fez, e se tiver culpados, fique tranquila, Ver.^a Mari, esses serão responsabilizados. Mas se não tiver, eu quero ver a senhora aplaudindo a compra de materiais que dificilmente estariam lá na ponta para pessoas pobres.

Mas, vejam bem, quero aqui me ater a dois vereadores, artistas, eles são artistas, vieram aqui fazer como sempre fazem: o Ver. Robaina, do PSOL, e o Ver. Jonas, do PT – até ele é professor, talvez use um pouco da arte de ser professor para desvirtuar a pauta do que nós estamos votando. Hoje nós não estamos votando a questão de que se a Prefeitura encaminhou ou não documentos; nós não estamos falando aqui sobre auditoria, controladoria. Ver. Jonas, o senhor é um artista. Aliás, é prática do PT desvirtuar a conversa, para que as pessoas fiquem pensando: o que é que está sendo votado? E o que está sendo votado é bem claro, bem simples. São duas pautas: a primeira é ter um relator indicado *ad hoc*, que não é possível, e a segunda é de não se ter quórum e fazer votações importantes. Ponto final, não tem mais nada do que isso, mas esses dois partidos, esses dois vereadores são pródigos em quererem a mídia. O Ver. Robaina faz *card* com a CPI da educação – *card* da CPI da educação! – como se isto aqui fosse um circo. Respeite o pagador de impostos, respeite as pessoas que querem, sim, uma Câmara de Vereadores ética e transparente. Vejam os senhores, ouvi aqui o vereador dizer que a Prefeitura e o plenário, principalmente o plenário, estão obstruindo a CPI. Não tem nada a ver, o senhor que está nos assistindo na TV não se engane, essa narrativa, muitas vezes nojenta, é de um populismo, de uma demagogia... Não está sendo votada aqui matéria da CPI, nós estamos falando sobre o rito da CPI, um rito que não pode ser rasgado, um rito que poderá causar problemas lá no final da CPI, porque se nós tivermos pessoas que fizeram coisas erradas e que deverão responder pelos seus atos, essas pessoas, com um bom advogado, poderão cancelar a CPI e tudo que foi feito porque a legalidade do rito não foi cuidada, Ver.^a Cláudia. É do rito que nós estamos falando e não teve rito na CPI nº 2, cuja presidência é da Ver.^a Mari, quando ela coloca em votação pautas importantes e não tem quórum. Imaginem os senhores, são 36 vereadores nesta Casa, se não tiver quórum e o presidente da Câmara aceita e diz que está aprovado o projeto com 5, com 6, com 10, sendo que o mínimo necessário é a maioria absoluta. A CPI, para quem não

esteve na CPI, conta com 12 vereadores, a maioria são 7 vereadores; poderia ter quórum para votar qualquer coisa com 5 vereadores? Impossível. O que nós estamos trazendo aqui nesses dois recursos é anular todos os atos que não tiveram quórum, porque se essa onda pega, vai ser complicado aqui neste plenário. O plenário é soberano, já diz a Constituição Federal, seja um plenário de CPI, de comissão especial ou um plenário de uma sessão ordinária. Só estamos falando disso e vamos fazer, já tem a minha indicação para a Mesa, precedente legislativo, para que não se tenha dúvida e pronto, já que tem aqueles que querem dar uma rebohada no regulamento para dizer que não é bem assim. Então vamos deixar bem claro que é assim que funciona. Mas vamos tratar as matérias como algo sério, não como algo tipo molecagem, porque eu acho que Porto Alegre tem pressa e, neste momento, o prefeito está acompanhando tudo que está acontecendo nos bairros e que, por certo, não é culpa nem do Bolsonaro nem do prefeito Melo. Muito obrigada.

Eu peço, nesses dois processos que vêm logo em seguida – esse que nós estamos falando e o próximo que fala da mesma coisa, e são dois, porque são atos distintos, são dois dias que aconteceu essa barbárie –, que nós não tragamos aqui uma jurisprudência pelo avesso. Não dá para “botar o bode na sala”. É “sim” a esse recurso do Ver. Mauro Pinheiro. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras. Quem é o perdedor aqui? É quem quer investigar ou quem, de fato, está se eximindo de fazer uma investigação responsável? O perdedor é aquele que tenta interferir, nesse caso, com uma maioria esmagadora, tentando calar o direito das minorias. Uma coisa muito óbvia. Nós, da oposição, com 10 vereadores, jamais teremos a mesma proporcionalidade de 36, isso são 26 contra 10. E não há nenhuma CPI, se for feita pela representatividade, em que a oposição terá maioria, e ela foi calada por um gesto – eu diria – de não aceitar o que o procurador da Casa definiu. Quem deu o poder às CPIs de eleger o seu próprio relator foi o parecer do procurador da Casa, que legitimou uma das comissões que, por sua vez, é a da Presidenta Mari Pimentel, que escolheu o Ver. Robaina. E o governo – rápido que foi – apresenta uma nova CPI; enquanto se colhiam as assinaturas para uma CPI anunciada, o nobre líder do governo apresenta uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito identificada com a base do governo. Eu pergunto, nobres vereadores e vereadoras: qual é a CPI chapa branca? Qual é a CPI chapa branca? Por incrível que pareça, na minha concepção, eu estava numa CPI chapa branca, porque era presidida pelo líder do governo, embora todos os nossos requerimentos tenham sido aprovados – e aí tem uma questão de coerência. Eu percebi que naquelas olivas apresentadas a maior parte das manifestações dos vereadores da base era elogiando a atitude do governo na compra dos materiais, enfim, no acesso à tecnologia para os estudantes do ensino fundamental de Porto Alegre.

Em contrapartida, víamos que as denúncias apresentadas para a sociedade porto-alegrense, pelos órgãos de imprensa, mostravam claramente as possíveis falcatruas. Ou os senhores acham que é real, Ver. Tiago, pagar R\$ 50 mil de aluguel por algo que estava guardado? E quem guardou esse material? O próprio empresário que vendeu, pois ele revelou aqui, Ver.^a Abigail, que de fato era ele que ia lá manipular ou guardar o material. Nós percebemos aqui, em poucas oitivas, que, de fato, existe algo a ser explicado, mas aí diz o nobre líder do governo que o Robaina é o grande perdedor. Pelo contrário, o Robaina, como a Mari Pimentel, como a oposição procuraram aqui tentar esclarecer à sociedade aquilo que a imprensa vinha divulgando há muito tempo, aquilo que nós todos queremos saber, mas pela orientação da base do governo nós percebemos que os próprios convidados que estão dando depoimento aqui na CPI falam exatamente da importância daquele material comprado, mas que tem uma infinidade de questões que estão muito aquém do esclarecimento necessário. Eu creio que todos nós, vereadores e vereadoras, queremos que tudo seja esclarecido. Agora, duas CPIs ao mesmo tempo. É a fusão das CPIs? Onde existe isso no requerimento, fusão de CPIs? Não, as duas CPIs se reunirão, todos terão voz e vez no momento em que serão feitas as oitivas. Isso é legal? Eu nunca vi aqui nesta Casa. Que me perdoem, mas está muito confuso. Mais confuso ainda para o cidadão que está ali do outro lado da telinha e quer saber a verdade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registramos a presença dos vereadores Deinner Maurer, do município de Quinze de Novembro, e Orlando Picinin, do município de Garruchos. Sejam muito bem-vindos à Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº (SEI nº 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; sabe que, nesta tarde chuvosa, surpreendem, e muito, os discursos nesta Câmara. Eu não vou entrar no mérito, porque eu já disse da outra vez aqui que o grande culpado disso tudo, ninguém diz, é o procurador da Casa, que aceitou duas CPIs com o mesmo objeto, o que nunca existiu na história de 250 anos na Câmara de Vereadores. É isso, Oliboni? Tem que dizer isso! Agora, o que me surpreende, é uma surpresa, eu não vou entrar no mérito – a Ver.^a Mari está fazendo constitucionalmente, como uma vereadora tem que fazer; ela quer investigar e está no papel dela –, o que me surpreende é os vereadores virem aqui fazer discursos não querendo votar indicações. Um vereador desta Casa não pode votar? Não! Vereador na Casa não é para votar?! Maioria é maioria; minoria é minoria! Quem tem a maioria patrola, como o PT dizia quando estava no governo, tinha 14 vereadores aqui: “Ah! Vamos patrolar esses caras!”, e patrolavam. Agora, todo mundo tem o direito de querer ser o relator, bota o nome na Mesa para ser votado. O próprio Ver. Robaina – e ele sabe que eu o respeito – foi presidente de uma CPI nesta Casa, e o relator foi escolhido no voto, ou não foi, Ver. Robaina? Foi ou não

foi? Diga “sim”, foi no voto, e foi bem, eu entendo o jogo político, e V. Exa. também está com a razão, V. Exa. é oposição; agora, não dá para os colegas virem aqui defender que não pode ter votação. O que o vereador faz aqui, então? Acabo de dizer que a Ver.^a Mari tem razão em querer investigar, mas ela vem aqui e dá uma reprimenda nos vereadores: “Quero ver qual é a posição de vocês para os próximos passos”. A posição é a que sempre aconteceu nesta Casa, quem primeiro apresenta a CPI, é aquela CPI que vale; quem quer ser o relator, bota o nome para ser votado; e o presidente da CPI sempre foi, nesta Casa, quem apresenta e assina o pedido de CPI. Está falando aqui quem nunca assinou uma CPI. Aliás, eu fiz uma CPI nesta Casa para investigar o Ecad, o Adeli Sell foi o relator; o Adeli e eu estamos até agora esperando que o Ministério Público se manifeste, porque a única coisa que a CPI faz é politicagem – é politicagem. Recolhe as provas que acha que tem e manda para o Ministério Público, é isso. É isso, tanto que o PT nesta Casa criou uma frase: “CPI é difícil, a gente sabe como começa, mas não sabe como termina”, não é, Oliboni, que vocês criaram essa frase aqui? É ou não é? Pois é, vocês criaram essa frase, e eu também acho isso: a CPI se inicia de um jeito e ninguém sabe como termina, porque ela vira um palanque – um palanque! E se lá no governo estivesse o NOVO, se lá no governo estivesse o PCdoB, o PT, o PSOL, é provável que quem é hoje base, na oposição, estaria fazendo o mesmo jogo aqui. Minha gente, ser governo é difícil, Oliboni, vocês já foram por 16 anos. Como diz o meu amigo Zé Reis: tem o ônus e tem o bônus, não é, Pedro Ruas? Se és governo, tem que defender o governo, e a oposição fiscaliza. Agora, vir aqui fazer discurso, dizer que não pode ser escolhido no voto o relator, eu não sei o que eu estou fazendo aqui, é por essas coisas que eu vou embora o ano que vem, se Deus quiser, no final do ano. Vou completar, no ano que vem, 35 anos de Casa, e eu estou ficando burro, porque, cada vez mais, eu não consigo entender os pareceres desse procurador que tem na Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitado pelo Ver. Pedro Ruas, o Recurso s/nº (SEI 039.00087/2023-91), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, teve um vereador aqui, se eu não me engano foi na segunda-feira, que disse que tinha que terminar com o virtual. Ele estava aqui no início, mas ele nunca vota. Eu não entendi isso aí, o que ele quer.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

RECURSO S/Nº, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, da decisão da Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada por meio do Requerimento nº 107/23, Proc. 0570/23, SEI 055.00006/2023-37, Verª Mari Pimentel, que “aprovou requerimentos sem o quórum necessário”. **(SEI 039.00084/2023-58)**

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela procedência do Recurso.

Observações:

- votação nos termos do art. 99 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 06-09-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, determinada por esta presidência, o Recurso s/nº (SEI 039.00084/2023-58), de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0348/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 177/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que institui a Campanha Permanente de Fortalecimento da Saúde Mental de Trabalhadoras e Trabalhadores junto aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) no Município de Porto Alegre. **(SEI 299.00060/2023-19)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relator-Geral Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 177/23](#). (Pausa.) A Ver.ª Biga Pereira está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Sossmeier, estou aqui para encaminhar este projeto de lei, que institui a Campanha Permanente de Fortalecimento da Saúde Mental de Trabalhadoras e Trabalhadores. Porto Alegre tem o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest, junto à Unidade

Básica de Saúde do Santa Marta. O que a gente está propondo aqui neste projeto de lei nada mais é do que pedir à instituição de campanha para que os trabalhadores saibam onde procurar e que tenha campanha sistemática de medidas a serem tomadas em relação à saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras, que, frente à pandemia, sofreram e sofrem. Hoje, Porto Alegre tem um índice superior a 30% dos trabalhadores e trabalhadoras acometidos por problemas de saúde mental. Então, esse período crítico nos levou a fazer esse tipo de projeto de lei. Eu solicito aos vereadores e às vereadoras desta Casa que a gente possa votar de forma unânime, levando em conta toda essa realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da nossa cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL n.º 177/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, subo à esta tribuna novamente para dizer que, apesar de um mérito importante, por parte da Ver.^a Biga, a respeito de uma campanha, eu irei votar contra este projeto devido a algumas questões que considero inconstitucionais. Eu vou votar contrário, porque, embora meritória, o art. 3º desse projeto atribui ao Executivo a execução da campanha, que é inconstitucional. Já o § 1º do art. 4º também atribui ao Executivo a tarefa de firmar parcerias com a sociedade civil. Tais disposições, em outros projetos de lei anteriores, nesta Câmara Municipal, foram considerados inconstitucionais ou foram suprimidos por emendas. Então, eu acredito que, de repente, se a gente pudesse, Ver.^a Biga, trabalhar nesses artigos, eu mudo o meu voto, não vejo problema no mérito, muito antes pelo contrário, apenas subo à esta tribuna para alertar. O art. 3º, que atribui ao Executivo, e o § 1º do art. 4º, que também atribui ao Executivo tarefas que são de origem no Executivo.

Havendo emenda em que a gente pudesse trabalhar para que a senhora pudesse aprovar, não vejo maiores problemas, mas, neste momento, como está o projeto, meu voto será “não”. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL n.º 177/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, demais vereadores, para tentar contribuir aqui, Ver.^a Biga, como o vereador que me antecedeu, o Ver. Tiago Albrecht, falou sobre a questão da jurisprudência, sugiro nós fazermos algo que compete ao Município. Eu sou favorável ao seu projeto, quero deixar bem claro isto: sou favorável ao projeto. Eu gostaria que fosse feita aqui uma emenda ao projeto, até por esse motivo que vim aqui discutir, para dar tempo de a gente poder emendar, pois, se nós encerrássemos a discussão, não daria mais tempo de emendar. Fazer uma emenda só alterando ali onde diz “institui”, que se diga “recomenda” à Prefeitura Municipal de Porto Alegre que faça a campanha de fortalecimento da saúde mental de trabalhadores e

trabalhadoras, recomendando à Prefeitura ao invés de instituir – só trocar essa palavra. Aí eu tenho certeza que todos os vereadores votarão favoráveis, vereador, porque, senão, poderá incorrer da inconstitucionalidade do projeto. Eu acho que facilita, até não conversei com os demais vereadores, mas eu acho que facilita bastante se nós pudermos, Presidente, antes de encerrar a discussão, construir essa emenda, podemos fazer em conjunto ou algum vereador, até o Ver. Tiago, como ele que propôs, pode partir dele. Só gostaria de consultar à presidência, se a vereadora autora do projeto concorda, para que a gente não encerrasse a discussão, para poder fazer a emenda de forma coletiva ou da própria autora, aí como a autora achar melhor. Eu sou favorável ao mérito do projeto, mas, da forma como está, pode ocorrer uma inconstitucionalidade, inclusive o próprio prefeito, depois, pode vetar o projeto e acabar caindo, e é uma iniciativa importante da vereadora.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Sossmeier, nós aceitamos a contribuição. Eu só peço para suspender a sessão por dois minutos para que eu possa redigir e gravar no SEI, portanto, acatando essa sugestão de, ao invés de instituir, recomendar.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Então, encerro a minha discussão aqui. Parabenizo a vereadora pela iniciativa do projeto e também por construir de uma forma que regule dentro da legitimidade, para que a gente possa aprovar. Dessa forma, sendo recomendado a campanha ao Executivo, ele poderá executar de forma constitucional. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para que a emenda possa ser redigida.

(Suspende-se a sessão às 17h33min)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (17h40min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Biga Pereira, ao PLL nº 177/23, que tem a seguinte redação (Lê.): “I– Altere-se a ementa do PLL 177/23, conforme segue: 'Fica recomendada a Campanha Permanente de Fortalecimento da Saúde Mental de Trabalhadoras e Trabalhadores junto aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) no Município de Porto Alegre.' II – Altere-se o caput do art. 1º do PLL nº 177/23, conforme segue: ‘Art. 19 Fica recomendada a Campanha Permanente de Fortalecimento da Saúde Mental de Trabalhadoras e Trabalhadores junto aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) no Município de Porto Alegre.’”

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 177/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 177/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 177/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver.^a Biga.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Parabéns a toda esta Casa. Os trabalhadores e as trabalhadoras de Porto Alegre agradecem por termos votado por unanimidade. Muito obrigada.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0330/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/23, que estabelece normas gerais para o processo administrativo no âmbito da Administração Municipal Direta e da Administração Municipal Indireta e normas especiais para a constituição de crédito não tributário no município de Porto Alegre e revoga a Lei Complementar nº 790, de 10 de fevereiro de 2016. **(SEI 118.00360/2023-80)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relatora-Geral Ver.^a Fernanda Barth: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLCE nº 008/23](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier; vereadoras, vereadores; líder Cecchim, do governo; líder Robaina, da oposição, nós temos uma situação onde os procuradores do Município ganham honorários judiciais no seu trabalho. Eu não vou discutir esse tema aqui, Ver. Cecchim. Sou contra isso, sou contra

procurador de Estado ganhar honorários, procurador da República, isso é uma loucura, isso é um absurdo, não tem sentido porque tem cliente vinculado, quer dizer, o Município não pode contratar o Dr. Sgarbossa, tem que ser um procurador do Município, e, portanto, é ele que, obviamente, tem um ótimo salário já por isso, não paga luz, não paga o escritório, secretário, internet, não paga nada. Mas é um outro debate, não é esse projeto aqui. Vereador Mauro Pinheiro, veja só, neste aqui botam, Ver.^a Nádia Gerhard, um pequeno jabuti que se transforma num escândalo. Vejam o art. 91 do projeto, que diz o seguinte... Eu vou pedir, Presidente, que se vote com destaque o art. 91. Eu sei que o outro é projeto do governo, enfim, não vou interferir, voto contra, mas esse art. 91 não pode passar. Vejam que, meu caro Ver. Tiago Albrecht, diz assim: “Nos procedimentos de interpelação extrajudicial, incidirão honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o total do crédito de natureza não tributária atualizado”. Ou seja, quando o procurador do Município fizer uma cobrança não judicial, um telefonema, um acordo, tem honorário de 10% sobre o valor. Mas isso é um deboche, isso é um acinte. Vejam bem: não judicial. Eu nem estou discutindo o judicial, que eu já acho um escândalo, mas não está ao meu alcance mudar, mas isso aqui é o não judicial. Isso aqui é assim: o seu Oliboni está devendo um dinheiro lá no Município, vai lá, chama o procurador, faz um acordo, aí o procurador vai ganhar 10%. Mas não judicial. Não tem juiz, não tem promotor, não tem nada. O art. 91 é um escândalo. Não estou falando do projeto como um todo, Presidente. Esse é um outro debate, é um projeto de governo, outro debate. Agora, esse art. 91, que eu peço destaque... Quero elogiar o Guilherme, nosso assessor de bancada, porque ele teve essa percepção extraordinária. Aliás, Guilherme Todeschini faz jus à família; Todeschini, um grande vereador. E aí nós começamos a estudar, Ver. Cecchim. É um escândalo. Extrajudicial? Ganhar honorários? Mas é isso aí. Pensam que o dinheiro do povo é o quê? Isso é dinheiro para o Município, para o Município, não é para o procurador. Ele já está ganhando no judicial – o que eu já acho errado, mas não vou entrar no debate aqui –; agora, no extrajudicial? Debocha de nós. Por favor. Obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito votação em destaque do art. 91.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Pedro Ruas, qual foi o assessor para nós o elogiarmos aqui? Todeschini? Tem que elogiar. Esse jabuti já subiu muitas vezes nesse coqueiro, terceira vez. Eu peço que nunca mais os procuradores nos tirem para bobo! Não nos tirem para bobos aqui! De agora em diante, tudo o que vier da Procuradoria nós temos que analisar dez vezes, dez vezes. Eu não vou mais admitir isso! Ver. Pedro Ruas, V. Exa. pediu destaque, e nós queremos dizer que apoiamos o destaque e votaremos contra, para derrubar. Vamos derrubar esse jabuti desse coqueiro. Isso é um jabuti subindo em coqueiro. Então, esse art. 91, que está destacado, nós vamos derrubar.

Se vota contra, ou como é que a gente vota? “Sim” para derrubar? O nosso 37, diretor legislativo, por favor, a gente tem que votar “não” para derrubar esse jabuti ou votar “sim” para derrubar no destaque?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, quando há destaque, é votada apenas em separado aquela parte. Então, “sim” aprova e “não” rejeita a parte.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Então, vamos votar “não”. Convoco todos para votarem “não”, e com um voto de repúdio a quem botou esse jabuti nesse projeto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 008/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esta é uma tarde histórica no plenário. Primeiro, Ver. Olboni, que os caras querem ganhar antes do processo começar. Antes do processo começar, Ver.^a Comandante Nádia, estão querendo ganhar. Além disso, é uma tarde histórica porque vemos o Ver. Cecchim elogiando assessores, isso é realmente muito importante.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, Ver. Cecchim, é verdade, na CCJ o Ver. Cecchim já elogiou a minha equipe. Então é histórico porque a Ver.^a Comandante Nádia, inclusive, passou dizendo: “Olha, estou contigo, Pedro Ruas”. E eu também estou com V. Exa.; o Guilherme, parabéns ao Guilherme – merece um aumento, estou te ajudando, Guilherme, depois paga um churrasco para nós... Já está bem pago. Então o povo de Porto Alegre já está...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Ah, é do Robaina, achei que era do nobre Pedro Ruas. Então esses honorários, realmente, são abusivos, são escorchantes, a gente lamenta que venha esses pega-ratões aí, para que a gente... Mas, a votação em destaque já contempla. Falando em ratões, eu quero homenagear o Ver. Bosco Vaz, não sei se ele está, neste momento, no plenário, quero dizer não só ao Ver. Bosco, mas a toda Casa, que eu vou votar “sim” nesse projeto. Nós, do NOVO, não somos oposição por oposição; nós, do NOVO, não estamos aqui para... Nós não somos oposição por oposição ou independentes por independentes, ou enfim. Nós votamos “sim” quando converge com os nossos valores e “não” quando não converge. Aliás, saúdo a Ver.^a Biga

que propôs o projeto, subi aqui e disse que foi propositivo, Ver. Pedro. Eu não estou aqui para atrapalhar o trabalho de ninguém, não; eu estou aqui para representar os meus 3.145 eleitores, no sentido de que sou de um partido de viés liberal. Vencida a legalidade, a questão ali do... E agradeço à vereadora por ter feito, ela aprovou o seu projeto que é importante para si, para o seu foco. Mas, então, homenageando um de nossos decanos aí, o Ver. João Bosco Vaz, este projeto é importante porque estabelece um novo código de processo administrativo municipal, substituindo o de 2016 que é o existente. Em análise prévia, o projeto melhora e esclarece alguns pontos do código anterior, bem como inclui alterações obrigatórias determinadas por legislações infralegais federais. Então, eu quero ressaltar o voto “sim” ao projeto, quero ressaltar e pedir, não é encaminhamento, Ver. Pedro, mas nesta discussão quero encaminhar e pedir voto “não” ao destaque, quer dizer, tirar esse jabuti, saúdo do líder do governo que, com muita intrepidez inclusive, veio aqui e disse “chega”. Não é por que vem da Procuradoria ou eventualmente do Executivo que a gente tem que passar pano, está errado? Vamos tirar. Faço minhas as palavras de V. Exa., vamos ter que dobrar os olhares, quadruplicar os olhares quando vier algo de lá para que não ganhem sem começar o projeto. Então, eu quero pedir o voto “sim” desta Casa a este projeto do Executivo Municipal e quero pedir “não” ao artigo que vai ser votado em destaque para que não fique na lei. Muito obrigado e parabéns a esta Casa que está retomando o seu traquejo, o seu trabalho, está honrando o pagador de impostos de Porto Alegre.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando que seja votado em destaque o art. 91 do projeto, que tem a seguinte redação: “Nos procedimentos de interpelação extrajudicial, incidirão honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o total do crédito de natureza não tributária atualizado.”

Orientação de votação: “sim”, aprova o texto do destaque; “não”, rejeita o texto do destaque.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas e outros, o art. 91, destacado, ao PLCE nº 008/23. (Pausa.) **REJEITADO** o art. 91 por 31 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 008/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada do PLL nº 273/23. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 274/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLL nº 224/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLL nº 224/22. Não há necessidade da dispensa do envio às comissões por conta de a proposição tramitar sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 062/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Tiago Albrecht (Requerimento): Sr. Presidente, eu sei que inclusive o Ver. Oliboni já comentou a respeito do acordo para retirada de quórum, mas, antes de encerrarmos os trabalhos, acredito que, para, digamos assim, limpar a pauta um pouco mais, poderíamos fazer um bloco e aprovar os Requerimentos nºs 152/23 e 040/23, que tratam sobre o período de Comunicações, e o nº 163/23, que é sobre a constituição de uma frente parlamentar da Comandante Nádia. É uma solicitação da Ver.^a Cláudia e deste vereador que a gente pudesse fazer um bloco e aprovar hoje, acho que não há nenhum óbice pelo que conseguimos ver no plenário. Aí se quiserem depois tirar o quórum... São três requerimentos, que são homenagens e a frente parlamentar da Comandante Nádia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O que há consenso – isso não significa que não será aprovado o da Comandante Nádia em outro momento – é com relação aos Requerimentos nºs 152/23 e 040/23. O nº 163/23 é diferente, há um debate nesse sentido, não quer dizer que não seja aprovado, mas o consenso são os Requerimentos nºs 152/23 e 040/23.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos votar todos em separado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito.
Em votação o Requerimento nº 152/23...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, modificando o nosso entendimento anterior, da oposição, por orientação do líder Ver. Roberto Robaina e do vice-líder Ver. Oliboni, concordamos de que seja formado o bloco com os Requerimentos nºs 152/23, 040/23 e 163/23, da Ver.^a Nádia.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. Como já estamos com a votação, votaremos o Requerimento nº 152/23.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 152/23 – (Proc. nº 0819/23 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 2 de outubro destinado a assinalar o transcurso dos 47 anos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Noroeste, conhecido como Moquinha dos Coroas. (SEI 161.00073/2023-26)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 152/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 040/23 – (Proc. nº 0143/23 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 2 de outubro destinado a assinalar o transcurso dos 128 anos do Jornal Correio do Povo. (SEI 020.00029/2023-76)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 040/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 163/23 – (Proc. nº 0891/23 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde da Mulher. (SEI 025.00082/2023-72)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 163/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Conforme acordo de líderes, encerraremos a Ordem do Dia.

(18h05min) Encerrada a ordem do Dia

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0900/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/23, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. **(SEI 118.00543/2023-03)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0865/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/23, de autoria da Mesa Diretora, que altera o Anexo I da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, modificando as descrições sintética e analítica das atribuições do cargo de Eletrotécnico. **(SEI 014.00025/2023-02)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0357/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 184/23, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que autoriza o Executivo Municipal a criar o Cadastro Único das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de Porto Alegre. **(SEI 215.00043/2023-47)** Observação: com Substitutivo nº 01, da Verª Psicóloga Tanise Sabino.

PROC. Nº 0646/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 367/23, de autoria do Ver. Dani Morethson, que cria a Política Municipal de Proteção à População LGBTQIA+. **(SEI 313.00001/2023-99)**

PROC. Nº 0728/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 019/23, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV) aos servidores celetistas do quadro do Departamento Municipal de Habitação (Demhab); dispõe sobre esse plano; e dá outras providências. **(SEI 118.00490/2023-12)**

PROC. Nº 0782/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/23, que altera o art. 1º da Lei nº 13.404, de 22 de março de 2023. **(Alteração/Denominação/Praça) (SEI 118.00501/2023-64)**

PROC. Nº 0847/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 502/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui art. 2º-A na Lei nº 13.065, de 28 de abril de 2022 – que institui o uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para a identificação de pessoas com deficiência oculta no âmbito do Município de Porto Alegre –, dispendo sobre a distribuição do colar de girassol e dando outras providências. **(SEI 024.00191/2023-91)**

PROC. Nº 0920/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 546/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que declara como bem cultural de natureza imaterial do Município de Porto Alegre os Guardiões da Chama Crioula. **(SEI 165.00172/2023-12)**

PROC. Nº 0892/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 529/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Nadir Santiago Eloy o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Quatro Lot. Liberdade, localizado no Bairro Mário Quintana. **(SEI 019.00142/2023-63)**

PROC. Nº 0915/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 542/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que denomina Rua Luiz Carlos dos Passos o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco H Estrada Retiro, localizado no Bairro Ponta Grossa. **(SEI 145.00090/2023-80)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h06min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *